Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

CLAVES
CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI

MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA

A Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde

Elisa Junger Ferreira Antunes

Rio de Janeiro

2019

A Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde

Elisa Junger Ferreira Antunes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde.

Primeira orientadora: Prof Dra. Patrícia Constantino

Segunda orientadora: Prof Dra. Cristiane Batista Andrade

A Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde

Elisa Junger Ferreira Antunes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde.

Aprovada em: 27 / 03 / 2019

Banca Examinadora:

Drª Silvia Ramos de Souza

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Universidade Cândido Mendes

Drª Fátima Regina Cecchetto

Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz

Drª Patrícia Constantino (Orientadora)

Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz

Drª Cristiane Batista Andrade (Co-orientadora)

Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz

Catalogação na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

A636h Antunes, Elisa Junger Ferreira.
A Hierarquia na polícia militar do estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde / Elisa Junger Ferreira Antunes. -- 2019.
99 f.

Orientadoras: Patrícia Constantino e Cristiane Batista Andrade.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

1. Polícia. 2. Saúde do Trabalhador. 3. Saúde Ocupacional. 4. Mobilidade Ocupacional. 5. Poder (Psicologia). 6. Impactos na Saúde. I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.11098153

Dedico a minhas avós, materna e paterna, que mesmo sem possibilidade de estudar, sabiam a importância da educação na vida de uma mulher.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar as minhas orientadoras, Patrícia e Cris, que sempre acreditaram na potência do trabalho, que conseguiram conduzir esse processo com muito respeito e delicadeza, permitindo autonomia e liberdade.

Agradeço com muito amor a minha família. Ao marido Leo pela compreensão e o incentivo sempre presentes. Aos meus pais, Henrique e Ana, por sempre acreditarem em mim.

Agradeço aos colegas de turma do mestrado, Adri, Chris, Daniel, Isabel, Karla, Nanda, Rodrigo, Singo e Veronica que deixaram esses dois anos mais leves e alegres. Obrigada pela companhia.

Agradeço aos policias, homens e mulheres, que compartilham desse mundo comigo e sabem das dores e desafios. Agradeço principalmente aqueles que tentam fazer da polícia um lugar sério e de democratização da segurança pública. Um lugar de respeito a garantias individuais e coletivas.

À Maya, que chegou em boa hora. Seja muito bem vinda!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. A hierarquia militar é um dos elementos da organização de trabalho da Polícia Militar, ordena relações de trabalho e divisões de tarefas, desenvolvendo dinâmicas de comando e obediência. Nessa perspectiva buscamos compreender como esse fenômeno afeta a organização, as condições e as relações de trabalho na PMERJ, para investigar os efeitos sobre a saúde dos policiais. Para isso foi realizada uma revisão sistemática integrativa em bases bibliográficas eletrônicas brasileiras e internacionais da área de saúde. Foram selecionados 19 estudos (13 artigos e 6 dissertações). Como resultado, obtivemos em sua maioria estudos predominantemente brasileiros e de caráter qualitativo. Datam de 2007 à 2017, com aumento nos últimos 6 anos, sendo os anos de 2012 e 2015 com maior número de publicações. Observamos primeiramente uma parca produção de bibliografia, assim como de modo generalizado uma ausência de referencial teórico sobre hierarquia. O que nos levou a produzir dois artigos, um discutindo como o conceito de hierarquia é descrito nas produções bibliográficas da área da saúde; e outro descrevendo os impactos na saúde dos policiais militares levando em consideração as relações de poder engendradas na instituição. Em síntese, na maioria dos estudos a hierarquia é considerada um fator colaborador na emergência de sofrimento e implicações na saúde por fazer parte da organização do trabalho policial/militar. Entretanto, a maioria dos achados apresenta grande desconhecimento sobre o conceito, gerando incompreensões e equívocos sobre o tema. Algumas pesquisas também apontam a conexão das relações hierárquicas com relações de poder. O que nos levou a refletir sobre a possibilidade de dispositivos hierárquicos de comando e obediência servirem a docilização e/ou exploração do trabalhador. Por fim, observamos a necessidade de mais estudos, principalmente qualitativos, para aprofundar as sínteses encontradas.

Palavras-chave: Hierarquia, Polícia Militar, Saúde, Revisão

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the impacts of the military hierarchy on the health of the military police of the state of Rio de Janeiro. The military hierarchy is one of the elements of the work organization of the Military Police, sorts work relations and divisions of tasks, developing dynamic command and obedience. From this perspective, we sought to understand how this phenomenon affects the work organization, conditions and relations in PMERJ, to investigate the effects on the police health. For this reason, an integrative systematic review was performed in Brazilian and international electronic bibliographic databases in the health area. Nineteen studies were selected (13 articles and 6 dissertations). The results show that most studies were Brazilian and of a qualitative nature. They date from 2007 to 2017, with an increase in the last 6 years, and the years 2012 and 2015 with the highest number of publications. Firstly, we observed a meager bibliographic production, as well as generally a lack of theoretical reference on hierarchy. This led us to produce two articles, one discussing how the concept of hierarchy is described in the bibliographic production in the health area; and another describing the impacts on the health of the military police taking into consideration the relations of power engendered in the institution. In summary, most studies consider the hierarchy a factor in the emergence of suffering and health implications for being part of the organization of police/military work. However, most findings lack knowledge about the concept, creating misunderstandings and misconceptions about the theme. Some studies also indicate the connection of hierarchical relations with relations of power. This led us to reflect on the possibility of command and obedience hierarchical devices to serve as means of submission and/or exploitation of the worker. Finally, we observed the need for more qualitative studies, mainly, to deepen the found syntheses.

Keywords: Hierarchy, Health, Military Police, Review.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....9

1.1 Objeto de estudo e Questão norteadora.....9

1.2 Justificativas.....10

1.2.1 Por que estudar Hierarquia militar? 11

1.3 Objetivo Geral.....13

1.4 Objetivos Específicos.....13

2. MARCO TEÓRICO.....14

2.1 Hierarquia: o conceito.....14

2.2. A Hierarquia Militar.....19

2.3 Hierarquia: arte de dispor em fila.....22

2.4 Hierarquia e Polícia.....26

2.5 Saúde e Trabalho na Polícia.....31

3. METODOLOGIA.....38

4. RESULTADOS.....43

4.1 Artigo 1: A hierarquia da polícia militar nas publicações da área da saúde: uma revisão da literatura.....46

4.2 Artigo 2: Os impactos da Hierarquia na Saúde dos policiais militares: uma revisão da literatura.....65

5. DISCUSSÃO.....85

5.1 Uma tentativa de síntese: Afinal, quais os impactos da hierarquia?.....86

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....91

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....94

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objeto de estudo e Questão norteadora

O presente trabalho tem como objetivo investigar, através de uma revisão de literatura, os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva tomaremos o fenômeno da hierarquia militar enquanto veículo da organização do trabalho da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e suas relações com a saúde dos seus trabalhadores, buscando também compreender a função dela no engendramento das relações de poder na corporação.

A hierarquia militar pode ser compreendida enquanto um dispositivo organizador explícito das relações sociais entre militares (LEIRNER, 1997). Este princípio chave ordena e estratifica a vida militar, distribuindo socialmente e desigualmente posições institucionais subordinadas. Este princípio de organização e gestão da vida militar produz implicações na organização do trabalho como um todo. Partimos aqui de pressupostos iniciais de que a organização militar, instruída pelo princípio da hierarquia, promove grande rigidez, impossibilitando mudanças ou inovações, engessando percepções e subjetividades em saúde. Acreditamos encontrar também uma correlação da hierarquia militar enquanto fonte de adoecimento, ao organizar as relações de trabalho a partir de condições coercitivas.

Para elucidar essas questões buscamos caminhar entre o campo da Saúde Pública em sua interface com a Saúde do Trabalhador e o campo da Segurança Pública, investigando as possíveis relações entre a configuração da hierarquia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e as consequências na saúde desses policiais militares. Seguiremos então os caminhos da Escola Nacional de Saúde Pública, inaugurados por Minayo et al. (2008) e trilhados por Barbosa (2017), Silva (2015) e Bezerra (2012) que se debruçaram em investigar os policiais em um compromisso com estudos alinhados às perspectivas da Saúde Pública, Segurança Pública e Violência.

Os estudos citados acima discutem em uníssono, dentre suas especificidades, o encontro do policial militar com a organização de trabalho e os efeitos deletérios dessas experiências. A forma como a organização se configura, as relações de trabalho e as condições deste afetam esses trabalhadores. Alinhados com essa perspectiva, sublinhamos a hierarquia enquanto princípio fundamental da organização do trabalho na PMERJ. Desse modo, torna-se, aqui, indispensável perguntar: Quais os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro?

1.2 Justificativas

Faço a pergunta acima não apenas a partir do lugar de pesquisadora. Esse questionamento me acompanha há algum tempo; essas inquietações surgiram do lugar onde trabalho. Sou Psicóloga e Oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Capitão psicóloga do Quadro de Saúde da PMERJ desde 2011. Faço parte dessa organização e por isso estou vinculada à estrutura da rede hierárquica, de certa forma tecendo ao mesmo tempo em que instituída por ela. Acredito que a escuta psicológica e a compreensão empática me permitiram estranhar determinadas narrativas nesse lugar, como os silenciamentos cotidianos no ato de se relacionar. Esse lugar híbrido e por muitas vezes desconfortável, trouxe curiosidades sobre os vínculos construídos, as arbitrariedades sentidas e os adoecimentos vividos. Muitas dores acompanhei. As sensações de opressão e impotência sobrevieram em muitos momentos. Nesse sentido conduzi a minha monografia de especialização em Saúde Pública na ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz) com a investigação sobre Hierarquia enquanto processo de vulnerabilização do policial. E agora aqui pretendo dar um passo adiante nesse estudo que considero de extrema significância.

Quando passei a trabalhar nessa instituição comecei a ouvir de diversos policiais muitas insatisfações. A primeira que me chamou atenção foi em relação às condições de trabalho, à precarização e à falta de materiais necessários para exercer de forma adequada as funções tanto administrativas, quanto operacionais. Contudo o que mais me chamou atenção a partir dessa realidade foi a relação de trabalho, ou seja, a forma como essa se configurava e afetava o cotidiano do trabalho. Como exemplo estavam as transferências como forma de punição; o descrédito quanto ao adoecimento; perseguições; inequidades na aplicação dos regulamentos; violência simbólica; demandas funcionais não pertinentes ao cargo, como servir café, faxinar, cuidar de crianças. Quando perguntava se era possível negociar ou conversar sobre o que estava acontecendo, de maneira generalizada, todos apontavam de forma descrente uma impossibilidade de mudanças pois eram regidos pela hierarquia. Assim, a hierarquia surge pra mim de forma confusa e complexa, pois dentro dela cabia tanto a ordem pra chegar na hora como as situações de assédio moral e ofensa. O fato de trabalharem a partir dessa hierarquia justificava então muitas situações opressivas e coercitivas, e ao mesmo tempo, introduzia ressentimentos na tropa que eram convertidos em alteração do ritmo de trabalho e até sabotagens no seu funcionamento.

Dessa forma procurei buscar novos elementos de análise que auxiliassem na compreensão desse fenômeno. O que afinal é a Hierarquia na PMERJ? Como ela se exerce nessa organização? Quais os efeitos disso? Compreender em sua complexidade os impactos da hierarquia na saúde auxiliará no desenvolvimento de ferramentas para fortalecer a perspectiva da saúde do trabalhador na instituição. Uma vez que a hierarquia regula as relações de comando e obediência, organiza e cria sistemas de classificação e socialização. Torna-se imprescindível seu estudo para compreender a organização do trabalho na PMERJ e dar visibilidade para os processos de saúde e/ou adoecimentos.

Em uma análise preliminar da literatura, realizada em março de 2017, identificamos um número restrito de estudos brasileiros no campo da saúde que discutem as influências da hierarquia militar na saúde dos trabalhadores. Dos nove artigos selecionados, dois correlacionam o ambiente militar como fonte de estresse e quatro apresentam a hierarquia associada positivamente com o desenvolvimento de transtornos mentais, contudo seis não apresentam conceituação alguma sobre a hierarquia. Na busca por produções acadêmicas das pós-graduações no Brasil encontramos apenas três que trazem o conceito de hierarquia militar no campo da saúde, todos realizados na Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (ENSP). Observamos assim uma parca produção sobre o tema, justificando a presente análise. A restrição de estudos nos traduz um convite para a urgência de nos debruçar sobre esse objeto.

1.2.1 Por que estudar Hierarquia Militar?

Em uma instituição militar, podemos observar traços específicos, como o fardamento, a continência, a marcha, o corpo obediente e rígido. Rituais que acompanham a lógica militar, lógica esta marcada por dois pilares: a hierarquia e a disciplina[1]. Inicialmente podemos identificar a disciplina como característica fundamental representativa dessa cultura. Mas, a partir de uma análise ampliada dos contornos institucionais, suspendemos a ideia da disciplina enquanto essência do ser militar, para enfatizar o fenômeno da hierarquia enquanto princípio fundamental e estruturante do mundo militar.

A princípio, segundo Leirner (1997), ao iniciar seus estudos antropológicos no Exército Brasileiro, a disciplina justificaria toda essa configuração, sendo um fim em si mesmo e, portanto, grande representante da esfera militar. Contudo, ao aprofundar sua análise

[1] O par hierarquia e disciplina é descrito no Estatuto dos militares e no Estatuto da PMERJ enquanto fundamento para uma instituição militar.

sobre essa instituição verificou que a hierarquia é tomada quase como um dado natural, de aspecto etéreo e anônimo. Segundo o autor é por meio da hierarquia que podemos mapear a totalidade que constitui as relações sociais desse grupo, pois a partir dela são definidos previamente e institucionalmente os critérios de sociabilidade, que vão sendo afirmados e repetidos coletivamente. Nesse sentido, enfatizaremos neste trabalho a hierarquia enquanto princípio fundamental e estruturante da esfera militar da PMERJ, na qual a disciplina militar funciona enquanto mecanismo na manutenção dessa forma de regulação social. Isto significa que

> [...] a disciplina, tal qual os atributos que a definem, torna-se a expressão sensível dessa "teia" de relações multidirecionadas que é a hierarquia. Portanto, se a crença nos atributos, pelos quais é avaliada a disciplina, de alguma maneira realiza as relações pessoais, do mesmo modo a disciplina realiza a hierarquia (LEIRNER, 1997, p.108).

Para uma melhor compreensão dessa teia, cabe abrir mão de noções do senso comum, assim como valorações já atribuídas. Nesse intuito, Dumont (2008) compreende a hierarquia em sua totalidade, o que a configura enquanto princípio de ordenamento anterior aos indivíduos e que só pode ser apreendida tomando-a em seu sentido sociológico e também estrutural. Nesse sentido, a hierarquia não se prende apenas à noção cotidiana de "cadeia de comandos superpostos", mas engloba o movimento estruturante gerado no sistema de relação entre o todo e as partes (LEINER, 2003). Nessa perspectiva são construídos códigos e normas para cada situação, na qual são determinadas possibilidades e limitações, organizando assim condutas a serem cumpridas, visões de mundo, ideias e múltiplos arranjos relacionais. Desse modo, se revela enquanto um princípio de regulação coletivo que se consolida constitucional e institucionalmente nas relações sociais militares.

Podemos então situar a hierarquia enquanto elemento chave nesta discussão, pois

> [...] é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa (LEIRNER, 1997, p. 52-53).

A partir desse primeiro princípio são construídas fronteiras de pertencimento, que distinguem quem comanda de quem obedece e ainda descartam aqueles que não fazem parte do sistema. Desse modo podemos refletir acerca de outras instituições militares, que também "têm como parâmetro a hierarquia enquanto fato coletivo capaz de ordenar a ação individual, de modo que ela esteja em consonância com a conduta geral, tornando assim a própria ideia

de coletividade viável" (LEIRNER, 1997, p. 72). Logo, destaca-se a hierarquia enquanto um princípio geral de organização social ao mesmo tempo em que serve como princípio segmentador de regulação e distinção de pessoas, produzindo efeitos tanto ao nível individual quanto no coletivo.

As hierarquias de *status* social proporcionam efeitos nocivos e letais, pois são produzidas distribuições desiguais de reconhecimento, respeito e liberdade. E, por conseguinte, fatores psicossociais presentes nas relações de trabalho, como ansiedade, insegurança, isolamento, depressão e ausência de controle estariam intimamente relacionados a essa questão, pois a posição social de subordinação inviabilizaria a autonomia (THERBORN, 2010). É necessário, então, refletir sobre a dinâmica de reprodução das hierarquias sociais, na qual se dá o processo de invisibilidade no que se refere às causas efetivas e reais da desigualdade, e de forma pré-reflexiva, vão se incorporando às práticas e às relações sociais.

1.3 Objetivo geral

- Analisar os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro.

1.4 Objetivos específicos

a) Analisar como o conceito de hierarquia é descrito nas produções bibliográficas da área da saúde;

b) Compreender a hierarquia no engendramento das relações de poder na instituição;

c) Descrever os efeitos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares;

d) Compreender de que maneira a hierarquia militar afeta a organização, as condições e as relações de trabalho na PMERJ.

2. Marco Teórico

2.1 Hierarquia: o conceito

O primeiro registro que se tem sobre o termo hierarquia é encontrado nas obras de Pseudo Dionisio Aeropagita[2], pensador expoente da teologia mística cristã da Idade Média. Dentre seus escritos encontramos dois tratados: Hierarquia celeste (HC) e Hierarquia eclesiástica (HE). Em HC são descritas todas as categorias de anjos de forma hierarquizada de acordo com critérios estabelecidos, e em HE é posta a estrutura hierárquica da igreja correspondente a hierarquia celeste. Acredita-se que a noção de hierarquia foi cunhada em grego pelo próprio autor. Para Pseudo Dionisio "A hierarquia é uma ordem sagrada (táxis hierá), uma ciência (epistéme) e uma actividade (enérgeia), que se assimilam à forma divina, tanto quanto lhe é possível, e que, mercê das iluminações divinas, se elevam, na medida das suas forças, até à imitação de Deus (Pseudo dionisio apud Carvalho, 1996, p. 55)"

Presume-se que a noção dionisiana de hierarquia foi desvirtuada com o tempo, ganhando assim efeitos sócio-políticos de épocas distintas. Diferente da concepção moderna de hierarquia há um princípio de dinamismo, que é compatibilizado com o sagrado e com a ciência. Cria-se assim a possibilidade de união com Deus, sem se confundir nessa relação, pois de um lado a participação de Deus é comum a todos os seres da hierarquia, e de outro a qualidade da participação é variável de acordo com o nível hierárquico. A hierarquia eclesiástica funcionaria de forma análoga à hierarquia celeste, preservando assim as propriedades da relação com o divino, tendo como base as Escrituras.

> El jefe de cada jerarquía, en efecto, en la medida que lo requiere su ser, misión y rango, se ilumina y deifica. Comparte luego con sus inferiores, según que ellos lo merezcan, la deificación que él recibe diretamente de Dios (cf. EH V, 4-5). Los inferiores, por su parte, obedecen a los superiores a la vez que estimulan el progreso de los propios subalternos, guiados por ellos. Así, gracias a esta inspirada y jerárquica armonía, cada uno según su capacidad, participa lo más posible en aquel que es hermoso, sabio y bueno (Pseudo Dionisio, 2007, p.171).

Pseudo Dionisio ao trabalhar com esse escalonamento constrói uma análise importante. Mesmo diante de mediações descendentes e ascendentes não há aqui em sua teoria um caráter estático ou topológico, os movimentos conferem uma dialética indissociável,

[2] Este é um pseudônimo, visto que há dúvida de quem seja o autor e qual inserção cronológica exata, hoje apreende-se que o período seja entre o século V e VI.

sendo assim duas faces de uma única atividade. Hierarquia, portanto, não teria nenhuma relação com fixismo ou pirâmide. Sua finalidade "consiste em conferir às criaturas tanto quanto possível a semelhança divina para uni-las a Deus" (Pseudo Dionisio, p.7). A partir de interpretações histórico-filosóficas que consideram o modo de pensar na Grécia antiga, estudiosos de Pseudo Dionisio acreditam que o termo hierarquia foi criado de maneira a apresentar mediações relacionais com o Divino, nesse caso a hierarquia serviria para unir e vincular, uma forma de percorrer as distâncias sem destruí-las. A hierarquia permitiria um ponto de união com Deus. Assim, todos escalões hierárquicos conseguem estar em comunhão com Deus, e por Ele ser o princípio de tudo, não existiriam se não fosse por Ele.

Na perspectiva de Dumont conseguimos mais uma ferramenta de análise para também compreender o conceito de hierarquia. De forma profunda e complexa Dumont (1985, 2008) afirma em seus livros a importância de estudar esse tema. Segundo ele, muitos autores demonstram aversão ao conceito, rejeitando ou se esquivando, o que prejudica o seu entendimento e aprofundamento. Dumont acredita que muitos sociólogos e filósofos não conseguiram apreender sobre hierarquia visto que a vinculam diretamente a ideia de desigualdade ou a cadeia de comando. Para Dumont (1985, 2008) hierarquia não depende da ideia de desigualdade, pois a transborda. Da mesma forma que, muitas vezes, pode se apresentar conectada com divisões de poder, mas também é independente desta situação.

Para o autor o homem moderno desconhece a hierarquia, ele não a vê, não a reconhece. Diante de uma ideologia da igualdade moderna tornou-se imprescindível criar análises outras que tencionassem o estatuto universal dessa ideologia. Para isso ele investigou atentamente em o "*Homo Hierarchicus*" o sistema das castas indiano e suas implicações. Dumont acredita que os estudos sobre as castas permitem a compreensão do princípio social da hierarquia, e assim uma apreensão de um valor diferente. Através de uma análise comparativa podemos situar de forma oposta o igualitarismo moral e político moderno com a hierarquia fundante das castas. "O princípio igualitário e o princípio hierárquico são realidades primeiras, e das mais cerceadoras, da vida política ou da vida social em geral." (DUMONT, 2008, p.51). Entretanto possuem ideologias diferentes, a ideologia do sistema de castas e a ideologia moderna igualitária se contradizem, mas não se excluem, não existindo assim uma verdade única absoluta.

A origem do sistema de castas possui muitas teorias e explicações, algumas religiosas, outras sociais e históricas. Sabe-se então que não se trata de uma origem única e sim muito

complexa, na qual não é possível eleger apenas um elemento. Segundo Dumont (2008) dos muitos estudos realizados sobre a casta, não houve em especial progresso considerável sobre o aspecto da hierarquia, permitindo assim incompreensões – ao reduzir o conceito de hierarquia à estratificação social ou as relações de poder. Sendo que para o autor é de extrema importância seu entendimento, pois "ela é a pedra de toque, o obstáculo maior que se opõe à compreensão do sistema de castas" (DUMONT, 2008, p.81). A hierarquia foi por muito tempo negligenciada, em alguns poucos estudos, foi associada à ideia de estratificação social, se confundindo com gradações de estatuto religioso somado as divisões de poder e de riqueza. Para Dumont (2008) esse raciocínio reduziu o sistema de castas a uma "rigidez toda especial" (p.129).

Nesse sentido, buscamos compreender brevemente a análise antropológica de Dumont acerca do sistema de castas indiano para chegar ao conceito elaborado por ele de hierarquia. O sistema de castas pode ser compreendido a partir de três importantes caracteres. Esses três princípios foram definidos primeiramente por Bouglé e posteriormente revisitados por Dumont (2008). São eles: separação; divisão do trabalho e hierarquia.

> [...] separação em matéria de casamento e de contato direto ou indireto (alimento); divisão do trabalho, tendo cada um desses grupos uma profissão tradicional ou teórica, não podendo seus membros se afastar dentro de certos limites; finalmente hierarquia, que ordena os grupos em posições relativamente superiores e inferiores umas às outras (DUMONT, 2008, p.69).

> [...] a hierarquia ordena em seu conjunto, é a referência ideológica ao conjunto; a separação, incontestavelmente ideológica e normativa (...), a divisão do trabalho, isolando ela também cada casta numa função, parece ideologicamente se ligar à separação, e é sobretudo no nível da observação, do empírico, que a interdependência das castas é menos consciente que suas separação e hierarquia. (...) é bastante evidente que a ligação é estreita entre hierarquia e interdependência, que são como que duas faces, uma mais consciente e a outra menos, da referência ao conjunto (DUMONT, 2008, p.94).

Todos esses princípios se fundam a partir de uma oposição a priori, a oposição do puro e do impuro. Ao compreender a importância dessa oposição é que alcançamos a racionalidade e a coerência do sistema de castas. Isto significa que mesmos marcados por suas desigualdades e polaridades, o puro e o impuro se complementam, pois um precisa do outro para existir e se fortalecer. Isto significa que "o conjunto está fundado na coexistência

necessária e hierarquizada de dois opostos" (DUMONT, 2008, p.94). Então, é necessário olhar o todo do conjunto, pois é ele que condiciona suas partes.

A partir dessa perspectiva, Dumont constrói a definição de hierarquia como "princípio de gradação dos elementos de um conjunto em relação ao conjunto"(2008, p.118). Ultrapassa assim o senso comum moderno que traduz hierarquia como uma ordenação, na qual sucessivamente os elementos inferiores ficam englobados pelos superiores. Este raciocínio moderno nos faz perder de vista a relação com o conjunto, e sua referência dos elementos ao todo. Por exemplo, no sistema das castas quando olhamos as partes vemos a secularização do poder na Índia. Mas a ideia é prestar atenção mais ao conjunto do que suas partes, pois um depende do outro.

É a partir da ideia de conjunto que serão construídos os lugares determinados, mantendo assim uma interdependência. Muitos visualizam as castas como relações desiguais e de exploração, mas é necessário visualizar também o todo, as relações de interdependência entre os englobantes e englobados: "A hierarquia, em princípio, é a atribuição de um lugar a cada elemento com relação ao conjunto." (Dumont, 2008, p.143) Dessa forma, toda relação entre elemento e conjunto instaura uma hierarquia. Isto é, a hierarquia se dá na relação entre a parte e o todo ao produzir o englobamento do contrário. Dumont (1985, 2008) explicita o princípio de hierarquia através de um exemplo sobre sua percepção do englobamento do contrário:

> Deus criou primeiro Adão, ou seja, o homem indiferenciado, protótipo da espécie humana. Depois, numa segunda etapa, extraiu de algum modo desse ser indiferenciado um ser de sexo diferente. Eis, face a face, Adão e Eva, agora como macho e fêmea da espécie humana. Nessa curiosa operação, Adão, em suma, mudou de identidade, ao mesmo tempo que aparecia um ser que é membro da espécie humana e diferente do representante principal dessa espécie. Adão ou, em nossa linguagem, o homem, é duas coisas ao mesmo tempo: o representante da espécie humana e o protótipo masculino dessa espécie. Num primeiro nível, homem e mulher são idênticos; num segundo nível, a mulher é o oposto ou o contrário do homem. Essas duas relações, tomadas em conjunto, caracterizam a relação hierárquica, a qual não pode ser melhor simbolizada do que pelo englobamento material da futura Eva no corpo de do primeiro Adão. Essa relação hierárquica é, em termos muitos gerais, a que existe entre um todo (ou um conjunto) e um elemento desse todo (ou conjunto): o elemento faz parte do conjunto, é-lhe, nesse sentido, consubstancial ou idêntico e, ao mesmo tempo distingue-se dele ou opõe-se-lhe. Não existe outro modo de o exprimir, a não ser justapondo em dois níveis diferentes essas duas proposições que, tomadas em conjunto, se contradizem. É o que designo como "englobamento do contrário (DUMONT, 1985, p.129)

Nessa perspectiva a hierarquia deixa de ser vista apenas como uma cadeia de comandos superposta ou uma classificação taxonômica. A hierarquia consiste assim, na combinação entre complementariedade e contradição. Ao mesmo tempo em que existe identificação existe diferenciação, o que faz da hierarquia ser bidimensional. Ainda, a hierarquia pressupõe uma distinção entre dois níveis que varia de acordo com sua ideologia. A ideologia em meio a sua complexidade aloca valores e não-valores, que ultrapassam uma classificação binária, logo, diferentes níveis são hierarquizados ao mesmo tempo.

É importante destacar que essa oposição hierárquica não é o mesmo que uma oposição distintiva. Esta última compreende a existência de dois polos, contudo uma oposição hierárquica necessita de dois termos no qual um é superior ao outro, havendo assim *status* diferentes. Nessa perspectiva cada termo construiu uma relação singular com o todo, instituindo assim valores e naturezas diferentes, logo lugares diferentes na hierarquia. Introduzir esse aspecto hierárquico é importante para as pesquisas e estudos acadêmicos uma vez que reconhece as diferenças de *status* produzidas a partir do todo. Como exemplo as categorias homem e mulher configuram uma oposição distintiva hierárquica em nossa sociedade. Em síntese, Dumont (1985) define:

> [...] oposição hierárquica a oposição entre um conjunto (e, mais particularmente, um todo) e um elemento desse conjunto (ou desse todo) (...). Essa oposição analisa-se logicamente em dois aspectos parciais contraditórios: de uma parte, o elemento é idêntico ao conjunto na medida em que faz parte deste (um vertebrado é um animal); de outra, existe uma diferença ou, mais estritamente, uma contrariedade (um vertebrado não é – somente –um animal, um animal não é – necessariamente – um vertebrado). Cada relação dupla, de identidade e de contrariedade, é mais estrita no caso de um todo verdadeiro do que no de um conjunto mais ou menos arbitrário. (p.228)

Diante dessa discussão percebemos a riqueza imersa na complexidade que um conceito pode apresentar. Abrindo mão do senso comum e de preconceitos ganhamos em profundidade de análise. Ao não nos limitarmos a um único elemento ou único nível, conseguimos visualizar a interdependência e a subordinação que a hierarquia promove.

Não é possível negar a hierarquia, uma vez que a ação de hierarquizar é fundamental a vida social. Afinal, “adotar um valor é hierarquizar” (Dumont, 2008, p.66)

2.2 A hierarquia militar

Para Castro (2009), pioneiro no estudo antropológico dos militares brasileiros, uma característica fundamental é a construção de um "meio" ou "mundo" militar que se separa do mundo civil. Isto é,

> Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil. A oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar. Ao ingressar numa academia militar, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução de sua identidade civil anterior. Mesmo quando transita pelo assim chamado "mundo civil", o militar não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à paisana. (CASTRO, 2009, p.24)

Essa cisão entre meio militar e meio civil atravessa todo o funcionamento institucional. É importante destacar que o "civil" só existe nessa diferenciação, ou seja, pessoas que não são militares não se pensam a partir da perspectiva "civil", não se identificam nem se apresentam a partir dessa lógica. Essa lógica existe a partir da construção de fronteiras de pertencimento referentes ao "mundo" militar. Este possui sua dinâmica de trabalho e de socialização prescrita a partir de regimentos internos previamente escritos: "(...) Sentar à mesa, andar em um corredor, dirigir a palavra a alguém, cumprimentar um colega, realizar um funeral, dirigir um memorando, entrar em um automóvel e combater passam pelo mesmo regime prescritivo" (LEIRNER, 2009, p.42). Todas essas ações dentro desse meio cumprem uma lógica de preservação da cadeia de comando hierárquica, ordenando uma realidade própria ao mesmo tempo em que reduz ao máximo o intervalo entre o comando e a obediência, entre a ordem e seu cumprimento. A construção dessa fronteira se dá principalmente a partir da hierarquia, a qual configura quem é de dentro e quem é de fora, nesse sentido, ser militar permite ocupar um lugar nessa hierarquia (LEIRNER, 1997).

Ademais, a hierarquia regula as relações internas, pois atua como princípio base da organização militar, realizando divisões de trabalho, diferenças salariais e espaciais, assim como diferenças no tempo para promoção. Particularmente no Estatuto[3] dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, que regula obrigações e direitos desses servidores, observamos no seu artigo segundo uma importante referência ao caráter basal da organização da instituição no par hierarquia e disciplina[4].

> **Art. 2º -** A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, subordinada ao Secretário de Estado de Segurança Pública, é uma instituição permanente,

[3] O estatuto da PMERJ encontra-se na Lei 443 de 1º de julho de 1981.

[4] O par hierarquia e disciplina também é apontado na Constituição e no Estatuto dos militares enquanto fundamento para a instituição militar.

> organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à manutenção da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, sendo considerada Força Auxiliar, reserva do Exército.

A partir de uma primeira análise desse estatuto podemos observar que dentre seus 155 artigos, em pelo menos 20 são feitas referências à questão da hierarquia, ora reforçando sua importância e obrigatoriedade, ora utilizando enquanto critério de organização. Por exemplo, no artigo 12° reafirma-se o princípio primeiro da hierarquia e disciplina, assim como, o *respeito* e o *acatamento* à divisão do ordenamento da autoridade. E no artigo 58° delibera sobre as promoções a partir das classificações hierárquicas.

Segundo Leirner (1997) o sistema de classificação é um elemento central na hierarquia. "Pela *classificação* se define o que foi, o que é, e o que vai ser cada indivíduo dentro da Força. A partir dela se definem as trajetórias pessoais, e, como isso vale para todos, constitui um parâmetro para os militares pensarem sobre si mesmos" (p. 83-84). Este sistema considerado como um conjunto de pontuação inclui a questão do *mérito*, na qual todas as premiações e conquistas na vida militar são computadas. Notas, conceitos, elogios, mas também punições ou repreensões são contabilizadas. Outro elemento que configura o sistema de classificação é o *tempo de serviço*, um equivalente temporal que mede a quantidade de tempo acumulado desde a entrada na corporação, sendo então equivalente para todos de uma mesma turma. Através destes dois elementos (mérito e tempo de serviço) obtém-se a posição na escala hierárquica, a chamada antiguidade.

No Estatuto dos Militares das Forças Armadas[5] encontramos no artigo 14° a definição de hierarquia como a "ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade." Assim podemos compreender que a hierarquia militar além de ser ordenada em diferentes níveis, em postos (oficiais) e em graduações (praças), permite dentro de um mesmo grau hierárquico, a precedência que se dá através da antiguidade. De acordo com o artigo 17 do mesmo Estatuto "a antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data" (p.236). Em caso de empate são utilizados diversos critérios: posição nas escalas numéricas, data de nascimento, tempo de efetivo serviço, etc. Dessa forma, a antiguidade "é justamente uma categoria que substancializa a ordem de

[5] Lei 6880 de 9 de dezembro de 1980.

classificação, combinando-a com o ano de formatura nas escolas e com a patente que o indivíduo ocupa." (LEIRNER, 1997, p.86).

É válido pontuar que a PMERJ até os dias atuais segue inúmeros códigos e estatutos provenientes do Exército. Apenas em 1981 foi definido um Estatuto próprio da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Por exemplo, a PMERJ ainda se submete ao Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) e ao Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito (RCont), ambos provenientes do Exército e aplicados à realidade do militar estadual. Em 1983, sob a força de decreto foi também criado o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro[6] (RDPM) que classifica as transgressões disciplinares, e descreve as punições e recompensas. As regras desse regulamento que direcionam a vida militar dos policiais orientam sobre aquilo que não se pode fazer e as consequências das transgressões e, de forma rígida, constroem limitações e constrangimentos no cotidiano do policial.

Muniz (1999), ao analisar as 125 insubordinações contidas em anexo no RDPM, destaca que 56% se referem ao comportamento do policial dentro da corporação, ou seja, mais da metade das transgressões disciplinares servem para estabelecer as relações entre seus pares e para com a corporação. Apenas 23% resguardam o comportamento durante o policiamento ostensivo e os outros 21% restringem o comportamento do policial em seu convívio social. Segundo a análise da autora:

> Parece evidente que a educação militar voltada para a internalização e o reforço da "disciplina consciente" guarda a ambição de se fazer sentir em todas as esferas de sociabilidade do policial, procurando antecipar-se e normatizando de forma meticulosa tudo o que "não se pode fazer" (MUNIZ, 1999, p.145-146).

Essa herança militar, segundo Muniz (2001), privilegia o adestramento e o condicionamento a uma força de combate, o que esvazia capacidades como criatividade e iniciativa, contornando as experiências subjetivas de modo enrijecido. A vigilância constante e a sujeição das forças para manter o enquadramento produz grande impacto no bem-estar dos próprios policiais, pois ao enrijecer as distintas posições institucionais, amplifica-se o receio à punição e o medo de sofrerem injustiças. Essa posição de subordinação vai sedimentando experiências subjetivas de medo e até mesmo de perseguição na qual influencia as condições de trabalho e a própria saúde.

Desse modo, a hierarquia na PMERJ concretiza uma regulamentação da sociabilidade ao mesmo tempo em que segmenta essas relações. A partir desse sistema de classificação são

[6] Decreto Nº 6.579 de 05 de março de 1983.

fomentadas práticas de subordinação e coerção, impedindo dispositivos coletivos e democráticos. Nessa atmosfera visões de mundo são partilhadas e sujeitos são construídos, de forma eficaz e silenciosa uma rede hierárquica se configura. Devemos, portanto, compreender seus efeitos na saúde desses trabalhadores.

2.3 Hierarquia: A arte de dispor em fila

Nesse item analisamos o fenômeno da hierarquia através da perspectiva foucaultiana, buscando compreender a função da hierarquia militar no engendramento de relações de poder no trabalho policial. Foucault (2011) de forma inovadora acompanha a construção da relação entre saberes e poderes e os efeitos consequentes disso. Compreende-se a análise histórica foucaultiana tanto em sua continuidade quanto em suas rupturas; seus objetos de estudo buscam uma articulação entre os saberes, discursos, práticas e instituições. Segundo Machado (2011, p. IX):

> O propósito da análise arqueológica (...) consistia em descrever a constituição das ciências humanas a partir de uma interrelação de saberes, do estabelecimento de uma rede conceitual que lhes cria o espaço de existência, deixando propositalmente de lado as relações entre os saberes e as estruturas econômicas e políticas

Para compreender a perspectiva foucaultiana, é necessário abdicar da ideia do poder enquanto substância, pois para Foucault não possui uma essência, nem uma natureza. O poder não é uma coisa; nem é exclusivo do Estado. O poder acontece ao nível de Estado, mas também em níveis moleculares, nas micro capilaridades do tecido social. Isto significa que o poder é prática social exercida historicamente, sempre difuso, heterogêneo e contextual. O poder em si mesmo não existe, o que existem são relações de poder:

> O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 2011, p.XIV).

Para Foucault o poder não carrega apenas negatividade e destruição, ele é positivo, pois produz efeitos para além da repressão e violência, isto é, “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade” (FOUCAULT, 2007, p.161). Nessa perspectiva torna-se imprescindível acompanhar a produtividade das relações de poder, no

qual os corpos são manuseados, não mais pelos suplícios, mas por aperfeiçoamentos políticos e econômicos, conduzindo assim, ao controle dos corpos e das almas através de tecnologias de poder e assujeitamento. A essa forma de poder, Foucault nomeou de poder disciplinar. A disciplina exerce o poder ao mesmo tempo em que constrói um saber.

Em Vigiar e Punir conseguimos observar o método da genealogia, no qual Foucault (2007) analisa historicamente as relações de poder e suas interlocuções com a produção dos saberes. Nesta obra acompanhamos a descrição da transição dos suplícios para uma nova tecnologia de punir. É importante pontuar que não há diminuição da violência ou crueldade nesse aspecto. De acordo com Bastos et al. (2010) ocorre uma suavização das técnicas, que passam a alcançar a alma e produzir a docilização dos corpos. Essa transmutação sutil não impede de acontecerem violações e subjugações, mas de forma aprimorada excluem os espetáculos e suprimem a dor. O corpo deixa de ser alvo para ser instrumento. Dessa maneira, "o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos" (FOUCAULT, 2007, p.14).

Assim, uma nova racionalidade punitiva moderna é criada, uma nova moral das punições é fabricada. A docilização (FOUCAULT, 2007) ou marionetização (BASTOS et al., 2010) dos corpos e das almas esquadrinha, hierarquiza, e, portanto, subordina os indivíduos ao mesmo tempo que constrói verdades sobre eles. As relações de poder investem os corpos, não apenas no sentido repressor e violento, mas também de forma produtiva. Carregando um caráter de dominação, produzem formas de estar no mundo, modos de existência. Essa nova tecnologia de poder sobre o corpo se dá a partir de técnicas de vigilância e coação que investem a alma – aqui podemos nomear para facilitar a compreensão também como subjetividade. Tais procedimentos fabricam subjetividades e constroem saberes – inclusive científicos.

Nessa perspectiva corpos dóceis são produzidos, isto significa, que a partir do poder disciplinar são formados sujeitos de obediência e de utilidade. Ao longo do século XVIII a disciplina vai se emaranhando de forma sutil por todo o tecido social, ampliando o controle e coerção dos corpos, maximizando sua potência e minimizando sua periculosidade.

> A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças do corpo (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro

> lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2007, p.119)

Como exemplo Foucault (2007) destaca a figura do soldado. No Século XVII era impregnada pela ideia de honra, era possível ver no corpo dos indivíduos aqueles que serviriam a esse exercício. O corpo apontaria os sinais naturais necessários para ocupar essa função. Ao acompanhar a transição para o século XVIII, observamos uma nova ideia de formação ou fabricação deste soldado. Através de um adestramento do corpo, um treinamento dos gestos, modela-se o automatismo subserviente daquele que tem a função de obedecer: o soldado. Destaca-se que as disciplinas não fazem parte apenas do ambiente militar, como falado já anteriormente, esse exercício do poder se espraiou por toda a sociedade e se dispõe em várias práticas cotidianas.

A disciplina caracteriza-se principalmente pela forma como ela organiza as pessoas no tempo e no espaço. Ela esquadrinha e distribui os indivíduos, de forma a permitir a vigilância e ao mesmo tempo a utilidade dos espaços. O poder disciplinar recorta e segmenta tanto ao nível espacial físico – sala, escola, quartel – quanto ao nível representacional – organizações, relações, lugares. As táticas e procedimentos da disciplina podem ser facilmente vistos nas corporações militares, onde o ordenamento da tropa regula os lugares, os movimentos, os gestos, as relações. Uma combinação de forças configura essa rede disciplinar, onde subjetividades se forjam nas técnicas de assujeitamento.

Nesse sentido, o poder disciplinar conduz processos de individualização acompanhados por mecanismos de vigilância contínua. E quanto maior e complexa as funções e divisões de trabalho, maior a necessidade de fiscalização e registro. Diante dessa realidade, para manutenção desse sistema serão definidas sanções normalizadoras, isto é, micro penalidades em relação aos desvios ocorridos. Essas penalidades disciplinares recaem sobre os desviantes, classificando-os e qualificando suas aptidões. Ou seja, "a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneíza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza." (FOUCAULT, 2007, p.153)

A partir de um trecho retirado do livro Vigiar e Punir, podemos observar Foucault descrever a disciplina enquanto arte de dispor em fila. Para melhor compreensão exemplifico abaixo:

> Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 2007, p. 125).

Essa concepção nos auxilia a pensar a hierarquia próxima da ideia de fila, pois tem como elemento essencial um sistema de classificação. Como já falado anteriormente, esse sistema inclui o mérito e o tempo de serviço, e através desses elementos obtém-se a posição na escala hierárquica. Desse modo, a hierarquia militar não comporta uma ideia de estrutura piramidal, pois a transborda. Não é possível fazer uma correlação com essa figura, pois a hierarquia militar insere diferentes níveis de organização que vão além das patentes, configurando assim mais precisamente uma ideia de precedência. Acompanhando essa análise, podemos afirmar que o conceito de hierarquia vai se afastando cada vez mais da ideia de pirâmide[7], logo, para Abreu (1998, p.2)

> [...] a hierarquia não é um sistema piramidal, mas um princípio segmentador – e não somente entre patentes, mas de pessoa a pessoa, cuja melhor representação é uma "fila indiana" (...). O "princípio segmentador" e a metáfora da "fila indiana" podem ser entendidos como uma ordem organizada de precedências, onde uns vêm antes que outros. Ou, dizendo de outra forma, um sistema de classificação das diferenças, construído de tal maneira que sua função é evitar que dois indivíduos quaisquer sejam iguais.

A hierarquia, ao se configurar enquanto princípio único e segmentador, constrói posições sociais, que podemos qualificar como desiguais. Essa desigualdade sustenta em si as relações de comando e obediência, na qual os indivíduos serão sempre diferenciados entre quem manda de quem obedece, mesmo pertencendo a uma mesma patente (ABREU, 1998). A hierarquia ao promover uma configuração de fila impossibilita um estar ao lado do outro, fabricando sempre uma seriação dos indivíduos.

A partir desse raciocínio, podemos refletir sobre a possibilidade da hierarquia militar na PMERJ se constituir enquanto um dispositivo que engendra relações de poder e por conseguinte, assimetrias de poder. Já sabemos que a partir do século XVIII, as instituições militares se aproximaram e se identificaram com o poder das disciplinas. É necessário agora compreender se a hierarquia é o que viabiliza de forma discreta e sutil o poder disciplinar e

[7] Alguns autores relacionam a estrutura piramidal com a esfera militar de modo a representar as relações hierárquicas desse meio. Leirner cita tais autores que participam dessa discussão, como Schulz (1994), Carvalho (1977) e Stepan (1975).

como o mantém organizado nessas instituições. Cabe assim investigar os efeitos disso nas relações de trabalho e na saúde desses policiais, uma vez que essa assimetria de poder permite desqualificar e invalidar muitos indivíduos.

2.4 Polícia e Hierarquia

Construir um conceito de polícia que não se prenda ao senso comum, que desenvolva um raciocínio lógico, adequado e científico é imprescindível para o campo de estudos da Segurança Pública. Os estudos sobre polícia são recentes[8] e em sua maior parte abarcam especificidades ou atividades policiais. Anteriormente a polícia era estudada apenas quando participava de eventos históricos impactantes. Sua rotina e seu funcionamento foram durante muito tempo ignorados pelos acadêmicos e estudiosos de diversos campos de saber. De acordo com Bayley (2017) a ausência de estudos sobre polícia se deve principalmente a quatro fatores. O primeiro devido ao fato de suas atividades serem visivelmente rotineiras, o que traduz um lugar comum, não despertando interesse, apenas quando se envolve em algum evento grandioso. Segundo, os profissionais, isto é, os policiais são vistos como pessoas comuns e sem estudos, não alcançando um destaque social. Terceiro, a polícia trabalha para manter um determinado *status quo*, o que determina o uso da força de forma coercitiva. Este fundamento do trabalho policial é muitas vezes repudiado ou omitido. E por último, obter informações ou acesso sobre a Polícia é extremamente dificultoso, seja por ser uma instituição hermética e burocrática, seja por não desenvolver ou não atualizar bancos de dados próprios.

Em relação à natureza do trabalho policial realizado encontramos as seguintes situações coletadas por Bayley (2017): emergência; investigação criminal; prevenção; brigas; trânsito; controle da multidão, etc. Ao analisar essas situações percebemos que algumas se referem às violações da lei e podem ser referenciadas enquanto criminais, mas outras situações não se enquadram nesse aspecto, sendo portanto não-criminais. De acordo com evidências internacionais, o trabalho policial é preponderantemente vinculado às situações não criminais. É importante destacar que existem muitas variações dentre os países analisados e que as fontes de informação são precárias, discordantes ou subnotificadas o que afeta a confiança na pesquisa. As atribuições se referem ao que os policiais estão fazendo, seja patrulhando ou administrando. A cada situação que o policial se envolve, um assalto ou uma briga doméstica, ele executa uma ação, seja prender ou socorrer. Esses são os aspectos

[8] Surgem após a segunda Guerra Mundial, de acordo com Bayley (2017).

interdependentes do trabalho policial para Bayley (2017). E diante das múltiplas variações e da complexidade que envolvem se torna desafiador realizar uma análise comparativa com diferentes países. Primeiro por quase não haver informações atualizadas. Segundo pelo fato de existir uma enorme variação de poder dentre essas instituições. Um dos critérios criados por Bayley (2017) para avaliar o poder de policiamento seria o número de policiais em relação ao número populacional ou em relação ao território.

Assim, diante de tamanha diversidade como podemos reconhecer a polícia? "A única característica exclusiva da polícia é que ela está autorizada a usar a força física para regular as relações interpessoais nas comunidades." (BAYLEY, 2017, p.117) Bayley define o conceito de polícia a partir da teoria de Bittner[9], no qual a polícia tem autorização para usar a força, mas nem todas as suas atividades se restringem a essa realidade, pois carrega como dever outras responsabilidades também. Para Bittner:

> O policial, e apenas o policial, está equipado, autorizado e é necessário para lidar com toda emergência em que possa ter de ser usada força para enfrentá-la. Além disso, a autorização para o uso da força é conferida ao policial com a única restrição de que ela só será utilizada em quantidades adequadas, que não excedam o mínimo necessário, como for determinado por uma apreciação intuitiva da situação (BITTNER, 2017, p.240).

É importante destacar que o trabalho policial não constitui usar a força para solucionar problemas, mas que ele poderá fazer uso da força caso seja necessário. O policial tem autorização de usar a força. Ele sente-se convocado a agir diante de eventos extraordinários e emergenciais, atuando diante de "algo que não deveria estar acontecendo e sobre o qual alguém deve fazer algo imediatamente" (BITTNER, 2017, p.236). O serviço policial pode ser assim percebido como uma resposta a uma exigência, um chamado, da própria população.

Nesta perspectiva Bittner (2017) consegue conceituar polícia delimitando o mandato policial, mas não o reduzindo àquilo que as policias fazem. A polícia constitui algo que está para além de suas práticas de policiamento. A teoria de Bittner enxerga as virtualidades e concretudes da polícia, na qual é convocada a agir imediatamente sobre alguma coisa que está acontecendo, mas não deveria estar. Diante dessa realidade podemos descrever a polícia enquanto um instrumento de poder legítimo e legal que produz obediência com consentimento através dos pactos sociais estabelecidos. Isto significa que é "o consentimento social,

[9] Teoria utilizada pela maior parte dos estudos contemporâneos sobre polícia (MUNIZ, PROENÇA, 2014).

traduzido em adesão social, pactuação política e dispositivos legais que dá conteúdo às regras de ação sob as quais a polícia executa o seu mandato" (MUNIZ, PROENÇA, 2014, p.5).

Assim, na perspectiva desses autores podemos compreender a instituição Polícia como uma ferramenta democrática[10] e liberal com a função de prover regulação social. Portanto, as ações policiais para serem consideradas legais e legítimas precisam de credibilidade diante da sociedade. Quando encontramos alta credibilidade social vemos acompanhado a isso alta adesão ao mandato policial, tanto pela polícia quanto pela sociedade civil, estabelecendo assim uma relação de maior cooperação. Uma vez que a credibilidade é zerada ou diminuída perde-se o mandato policial, e a Polícia passa a ser identificada como opressora e violenta, pois para continuar exercendo o poder de polícia faz uso de maior imposição da força, uma vez que os pactos não foram firmados ou não há credibilidade nem cooperação.

No contexto brasileiro, mesmo após a redemocratização, ainda não temos definições claras das competências das policias brasileiras, assim como não há um pacto federativo que organize todo o sistema de segurança público brasileiro. Segundo Muniz e Proença (2014) o mandato de Polícia no Brasil recebe um cheque em branco de acordo com as particularidades locais e territoriais:

> Particularmente nas sociedades de democracia emergente como a brasileira, em que a produção de obediências consentidas, com o recurso potencial e concreto de força, sob império da lei, segue, ainda, como um "cheque em branco" ou uma "procuração em aberto". Tem-se tanto a subestimação quanto a superestimação do decidir e agir policiais. Essa ambição, para mais ou para menos, quanto ao *dever-ser* policial, muitas vezes extrapola os limites do que seriam os *contornos* do seu mandato público, em termos do que se aspira como legal, legítimo, politicamente autorizado, tecnicamente válido e aceito coletivamente. Face à fragilidade dos mecanismos informais de controle e dos dispositivos estatais de regulação, observa-se uma tendência de "pôr na conta da polícia", ou de sua resolutividade, problemas que ultrapassam a natureza, a função e os papéis propriamente policiais. Isso compromete as próprias alternativas de soluções suficientes, oportunas e apropriadas que qualquer organização de força comedida, as polícias, podem produzir no Estado de Direito (MUNIZ, SILVA, 2010, p.469).

Existe, assim, atualmente uma unanimidade referente à necessidade de implementar mudanças no sistema brasileiro de segurança pública que conciliem novas políticas democráticas e cidadãs. O desafio é grande segundo os pesquisadores (Muniz, 1999), visto que a própria formação policial ainda se pauta em doutrinas autoritárias e os muitos

[10] A Polícia é criada a partir da consolidação dos Estados de Direito Democrático para transformar os mecanismos particulares de proteção em coerção legal e legítima para manutenção do pacto social liberal.

descompassos são visíveis na atuação policial contemporânea. Notoriamente, a hierarquia militar da PMERJ encontra-se também sobre fissuras identitárias, uma vez que se subordina a hierarquia militar do Exército ao mesmo tempo em que precisa se diferenciar deste devido às funções exercidas. As semelhanças formais do princípio de hierarquia em ambas as instituições não respondem as especificidades, funções e competências de cada uma. Esta especificidade precisa ser levada em consideração.

É importante sublinhar que as polícias brasileiras foram, por longo tempo, muito mais organizações militares empregadas na defesa nacional e segurança interna do que propriamente utilizadas na segurança pública. Surgem no Rio de Janeiro em 1809, como um espelho do Exército, constroem sua estrutura e burocracia de maneira idêntica, configurando assim até hoje o modelo militar das polícias no Brasil. Durante esse processo, as polícias brasileiras se solidificaram como força auxiliar reserva do Exército, convocadas por muitas vezes a atuar em guerras e revoltas populares, se afastando da natureza do trabalho policial. Muniz (1999) afirma que essa experiência brasileira trouxe não apenas uma arquitetura militar para as polícias, mas também uma militarização ideológica.

Em 1970 temos uma das últimas grandes reformas no sistema policial brasileiro, consolidando duas polícias por estado, uma militar e uma civil, que passam a retomar a lógica de policiamento, com aspecto investigativo e ostensivo, respectivamente. Contudo, vale destacar que até o ano de 1982 os comandantes da PMERJ só podiam ser oficiais do Exército. Em resumo, isto significa que a polícia militar no Brasil tem menos de 30 anos de exercício policial de fato. É paradoxalmente uma organização bicentenária, mas que iniciou recentemente o trabalho de policiamento ostensivo. Ficam evidentes, assim, os efeitos dessa situação na realidade contemporânea brasileira, a própria formação e treinamento da polícia ainda nos dias de hoje é embebida por uma pedagogia militar, investindo esses profissionais de segurança pública em um *ethos* guerreiro (MUNIZ, 2001):

> De fato, o problema da formação e do preparo dos quadros policiais militares tem consistido em uma variável importante, não apenas para a afirmação corporativa de uma "identidade policial", mas também para a prestação eficaz dos serviços ostensivos civis de polícia. Se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, o horizonte de polícia requer uma ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constrangida pelos princípios da legalidade e da legitimidade. Mostra-se, pois, indispensável o desenvolvimento da capacidade individual de tomada de decisão em situações voláteis e com um elevado grau de aleatoriedade. Ter iniciativa, criatividade e discernimento para lidar com a

> variabilidade das circunstâncias contingentes, dos imponderáveis e, sobretudo, das emergências na vida das pessoas é parte indissociável do trabalho policial rotineiro (MUNIZ, 1999, p.80).

Assim, a instituição PMERJ apresenta uma relação direta com o Exército Brasileiro. Por ter feito parte enquanto Força Auxiliar desde 1809[11] possui em sua estrutura e fundamento os efeitos dessas práticas até os dias atuais. Atualmente, é visível o treinamento militarizado da Polícia e sua atuação no policiamento ostensivo cotidiano nas ruas. Esquadrinhados por uma lógica de guerra ao inimigo, absorvidas pelo imaginário do Exército, percebemos a influência deste na organização do trabalho da Polícia militar estadual no Brasil. Para exemplificar, segue quadro descrevendo as patentes hierárquicas brasileiras. O quadro abaixo apresenta as divisões hierárquicas brasileiras das Forças Armadas e da Polícia Militar. Vemos perpassar claramente nas distintas Forças Armadas a mesma lógica hierárquica. A Polícia Militar, da mesma forma, espelha-se no Exército e absorve essa racionalidade, configurando-se de forma similar a ele, apenas não alcançando os cargos de Oficiais Generais.

Quadro 1. Círculo e Escala Hierárquica nas Forças Armadas e na Polícia Militar.

	Hierarquização		Exército	Marinha	Aeronáutica	Polícia Militar
CÍRCULO DE OFICIAIS	Oficiais-Generais	**POSTOS**	Marechal* General de Exército General de Divisão General de Brigada	Almirante* Almirante de esquadra Vice-almirante Contra-Almirante	Marechal do ar* Tenente-Brigadeiro Major-Brigadeiro Brigadeiro	
	Oficiais Superiores		Coronel Tenente-Coronel Major	Capitão de mar e guerra Capitão de fragata Capitão de corveta	Coronel Tenente-Coronel Major	Coronel Tenente-Coronel Major
	Oficiais Intermediários		Capitão	Capitão-Tenente	Capitão	Capitão
	Oficiais Subalternos		Primeiro-Tenente Segundo-Tenente Aspirante	Primeiro-Tenente Segundo-Tenente Guarda-marinha	Primeiro-Tenente Segundo-Tenente Aspirante	Primeiro-Tenente Segundo-Tenente Aspirante

[11] A PMERJ originou-se da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, criada tal qual o Exército em 1809, mas com objetivo de manutenção da ordem pública. Para maior entendimento consultar o artigo *A Polícia carioca do Império* do Marcos Luiz Bretas (1998).

CÍRCULO DE PRAÇAS	Suboficiais, Subtenentes e Sargentos	**GRADUAÇÕES**	Subtenente Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento	Suboficial Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento	Suboficial Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento	Subtenente Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento
	Cabos e Soldados		Cabo e Taifeiro-Mor	Cabo	Cabo e Taifeiro-Mor	Cabo
			Soldado e Taifeiro	Marinheiro e Soldado	Soldado e Taifeiro	Soldado

Fonte: Adaptado do Estatuto dos Militares (Lei 6.888/1980).

2.5 Saúde e trabalho na polícia

Diante do recorte do objeto dessa presente pesquisa tornou-se imprescindível trazer à luz a perspectiva da saúde do trabalhador para melhor assimilar o fenômeno da hierarquia. Compreendemos a saúde do trabalhador como um campo científico interdisciplinar e multiprofissional que estuda e intervém sobre a relação saúde trabalho a partir de um paradigma dialético e complexo (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Um grande marco nesse campo se deu a partir da Psicodinâmica do Trabalho, que construiu como objeto de estudo, as relações entre saúde e trabalho desencadeado por sua própria forma de organização. Isto significa que quando a organização e as condições do trabalho entram em conflito com os mecanismos psíquicos do trabalhador, e vice-versa, gera-se sofrimento e/ou prazer. Segundo Dejours (1992) o trabalho é essencialmente subjetivo e complexo, portanto, difícil de ser mensurado. Para maior clareza sobre o processo de trabalho a Psicodinâmica do Trabalho se utiliza de dois conceitos fundamentais da ergonomia: trabalho prescrito e trabalho real (MERLO, 2002). O trabalho prescrito está vinculado às regras e aos objetivos postos pela organização do trabalho, enquanto que o trabalho real é aquilo que de fato é feito, são os ajustes do trabalhador. Existe e sempre existirá uma diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. O que se agrega a essa prescrição é o que denominamos como trabalho. Toda organização do trabalho tem dois lados, um formal, com a estrutura, as normativas e os protocolos e um informal, que seria uma adaptação dos trabalhadores a essas regras.

Ao pensarmos a questão do trabalho não podemos dissociar a questão de gênero imposta. A divisão técnica e sexual do trabalho constrói o lugar do policial militar a partir de um ideal de masculinidade e virilidade. As masculinidades, assim como as feminilidades, constroem espaços simbólicos identitários, regulando assim padrões hegemônicos. É notório que a polícia, assim como as Forças Armadas mantenham um espaço quase que exclusivo de homens. Por ser considerada uma categoria profissional masculina, vemos o predomínio da população masculina nesse setor.

Para Hirata e Kergoat (2007), a diferenciação de profissões masculinas das femininas acompanha a lógica de divisão sexual do trabalho, na qual práticas sociais são designadas a partir de papéis sexuais. Essa divisão produz desigualdades no mercado de trabalho entre homens e mulheres, mantendo assim sempre uma distância entre esses grupos sociais. De forma resumida, a divisão sexual do trabalho opera a partir de dois princípios, um de separação, segundo o qual existe trabalhos femininos e trabalhos masculinos, e outro princípio de hierarquização, no qual trabalhos masculinos valem mais que os femininos, e portanto são mais valorizados. Nessa perspectiva biologicista e de subordinação feminina, os homens apareceriam mais aptos para ocupar o lugar de guerreiro e as mulheres ficariam restritas as atividades reprodutivas e de cuidado, onde seriam necessárias qualidades "inatas" e "naturais". A escolha profissional acontece, assim, a partir de uma construção social do trabalho, no qual subjetividades e objetividades modelam os papéis e atributos de uma determinada profissão, produzindo assim naturalizações. Toda essa lógica que perpassa o gênero envolve o imaginário social e, portanto, o trabalho, recobrindo os corpos e percepções dos trabalhadores/as, ordenando lugares e funções dentro da organização do trabalho.

Segundo Dejours (1992), estudioso da psicodinâmica do trabalho, o sistema hierárquico compreende um dos elementos da organização do trabalho. É importante estar atento a seguinte distinção:

> Por condições de trabalho é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho. Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (...), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc (DEJOURS, 1992, p.25).

A partir da Psicodinâmica do trabalho, muitos outros estudiosos irão ampliar suas pesquisas em torno da temática saúde/doença mental e trabalho, contribuindo para o entendimento das dinâmicas intersubjetivas que permeiam a interação trabalho e trabalhador. Essa diversidade de estudos permitiu colocar luz sobre os trabalhadores e as estratégias destes em preservar sua saúde frente às condições de trabalho, por vezes, desestruturantes. A forma como as condições e a organização do trabalho se configuram influenciam a saúde dos trabalhadores, e a vivência disso pode ser expressa através de queixas ou sintomas. Nesse sentido, ao atrelar a organização e as condições de trabalho às análises contribuímos com compreensões que abarquem a complexidade das relações entre trabalho, subjetividade e saúde.

No livro *Missão proteger e prevenir*, Minayo et al. (2008) ao investigarem as condições de trabalho e de qualidade de vida dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro constataram que o estresse do policial militar está intimamente relacionado à organização hierárquica, às condições de trabalho precárias, tanto objetivas quanto subjetivas, e à falta de reconhecimento. Em outro livro *Por que policiais se matam?*[12], Miranda et al. (2016) recomendam que a prevenção do comportamento suicida na PMERJ ultrapasse o tratamento médico e/ou psicológico, em direção às mudanças organizacionais. Verificou-se que as ideações suicidas e as tentativas de suicídio na PMERJ estão associadas com a vivência de violência verbal e física; a insatisfação com a PMERJ – devido às condições precárias e a organização do trabalho; transferências de unidade sem consentimento ou aviso prévio; baixa sociabilidade e baixa confiança interpessoal, dentre outros fatores (MIRANDA, 2016).

Outra pesquisa realizada, "Estresse ocupacional auto atribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro", aprofundou a questão do estresse ocupacional nas policiais femininas. Bezerra (2012) constatou segundo relato das próprias policiais, que os principais fatores do estresse estariam relacionados à gestão organizacional do trabalho, mais especificamente, às relações conflituosas com superiores hierárquicos e as adversidades do ambiente de trabalho. Para Bezerra (2012)

> A questão da hierarquia sobressai, sem sombra de dúvida, tanto em praças, quanto em oficiais, em policiais do quadro de saúde ou de unidades operacionais [...]. Receber ordens de quem não está qualificado, não ter autonomia no trabalho, sentir medo das punições e das tensões geradas pelas regras não muito claras e objetivas para ascensão profissional são características relacionadas à carreira, que aparecem em todos os grupos como fatores geradores de estresse (p.84).

[12] Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Encontramos nesses estudos grande ressonância com as leituras em saúde do trabalhador, na qual indicam os efeitos deletérios do enfrentamento a organização do trabalho na saúde. Quanto maior e mais complexa uma organização, maior o intervalo entre a atividade prescrita e a proscrita. E diante de condições coercitivas a organização informal tende a ser predominante e influente (MONJARDET, 2003).

Ao acompanhar o pensamento sociológico de Monjardet (2003) podemos apreender a Polícia a partir de três dimensões que coexistem e se confrontam. Enquanto instrumento do poder, enquanto serviço público e enquanto profissão. Todas essas lógicas perpassam o sistema policial e se atravessam produzindo assim diversos efeitos na organização do trabalho na Polícia. De acordo com Silva e Vieira (2008), até os anos de 1960, no Brasil, a função da Polícia Militar era a manutenção da ordem pública e a integridade territorial. Posteriormente acrescentou-se a função de policiamento ostensivo, sem alterar sua estrutura ou organização. Em 1970 implementou-se a radiopatrulha para diminuir o tempo de resposta aos chamados. O estilo de intervenção atual se mantém desde 1942, mesmo acontecendo modificações sócio culturais e novos estudos referentes à violência. Em todo esse período a Polícia Militar manteve a burocracia e a formalidade na organização do trabalho.

Segundo Poncioni (2005), o modelo policial de organização e formação profissional tradicional congrega dois diferentes modelos[13]: o *burocrático-militar* e o de *aplicação da lei*.

> O policial é um aplicador imparcial da lei, relacionando-se com os cidadãos profissionalmente, em condições neutras e distantes, cabendo-lhe cumprir os deveres oficiais, seguindo os procedimentos rotinizados, independentemente de inclinações pessoais e a despeito das necessidades do público não enquadradas pela lei. As atividades que deslocam a polícia para resolver outros tipos de problemas da comunidade, e requerem outros tipos de resposta, são identificados como "assistência social", e são objeto de desprezo (...). Toda ação policial deve ser explicada por meio da referência à legalidade e os policiais são encorajados a controlar situações comuns como se fossem questões de aplicação da lei, ao invés de manutenção de ordem (PONCIONI, 2005, p.590).

Nessa perspectiva, a corporação passa a responder chamadas e a ter como objetivo primeiro o controle da criminalidade e não apenas a manutenção da ordem pública. Com o aumento dos índices de violência assevera-se o modelo militar de guerra ao crime, para minimizar o tempo de resposta, enfatizando assim a prontidão militar, que precisa estar sempre disponível ao serviço quando exigido.

[13] A ênfase no modelo militar e/ou legalista varia amplamente de acordo com cada país e suas condições sócio históricas.

Podemos observar traços desse modelo tradicional na PMERJ. Poncioni (2005) ao analisar os currículos da formação e treinamento dos policiais cariocas constatou que "baseia-se essencialmente no controle do crime e na aplicação da lei, com ênfase na importância de sua adesão a regras e procedimentos da organização..." (p. 595). Ainda comenta que a rígida hierarquia militar presente distingue o "fazer profissional", separando ambientes e funções, cindindo o planejamento da execução. No caso da PMERJ, os oficiais são responsáveis pelo planejamento e as praças por executar. Através da análise dos currículos demonstrou-se uma diferença brutal na formação das praças e dos oficiais, tanto relacionada à carga horária quanto aos conteúdos programáticos. Um oficial leva no mínimo três anos em esquema de internato para sair como aspirante, enquanto uma praça se forma em menos de um ano.

A presença de uma cultura[14] de combate ao crime cria valores e dispositivos de produção de subjetividades. Aliada a concepção militar, de máxima eficiência com menor tempo de resposta, fabrica uma identidade policial que se distancia de uma perspectiva de trabalhador, se aproximando mais de uma concepção de "soldado-guerreiro". Essa identidade funcional se absolutiza produzindo efeitos tanto nas ações e/ou missões policiais, quanto na organização do trabalho. As férias de um policial militar podem ser suspensas[15] ou interrompidas se houver necessidade do serviço. Um policial militar não trabalha, mas "tira serviço". Quando chega ao Quartel o policial militar tem que "tirar a falta", isto significa mostrar que compareceu ao serviço. Em caso de necessidade um policial deverá cumprir turnos de trabalho mesmo em sua folga. Não é permitido se manifestar coletivamente, fazer greve, nem ter um sindicato para representação da categoria. Toda essa configuração distancia a percepção de que um policial militar é um trabalhador, especificamente, um servidor público brasileiro.

Na instituição da Polícia Militar interagem de forma complexa a rigidez da organização do trabalho – e suas prescrições hierárquicas – com as demandas imprevistas e situações inusitadas do serviço. Observamos então, uma grande distância entre a prática do serviço e o seu discurso. Não podemos negar o ambiente rígido marcado pela hierarquia e disciplina e as vigilâncias decorrentes a isso, no entanto é importante destacar que o policial possui grande autonomia[16] e, por conseguinte responsabilidade. Podemos fazer uma

[14] É importante destacar que a prática policial é atravessada pelas políticas de segurança pública fomentadas em determinada época. Para mais detalhes sobre a especificidade do Rio de Janeiro ver Ramos (2016).
[15] No ano das Olimpíadas no Rio, em 2016, proibiu-se qualquer policial militar de gozar as férias no período de julho a agosto do mesmo ano. Em períodos de grandes eventos como Carnaval e Ano Novo é costume haver a interrupção de férias e/ou licenças.
[16] Alguns termos são muito recorrentes no ambiente de trabalho da PMERJ como "se vira", "dá seu jeito", "NHS" (na hora sai).

comparação com o operário, no qual todo seu trabalho é marcado pelo controle de suas ações, ritmo, tempo e uso de materiais. Diferentemente, "o trabalho policial não procede de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, pelos próprios interessados, de suas atividades. Por esse motivo, são os mecanismos desse processo de seleção que são os principais determinantes da definição, da organização, e da análise do trabalho policial" (MONJARDET, 2003, p.45). Essa seleção acontece em meio a diversos fatores, formais ou clandestinos.

Nessa perspectiva, esse modelo policial desenvolve a base das relações de trabalho desses profissionais de Segurança Pública, da mesma forma que conduzem suas intervenções, eles são também construídos e assujeitados por essas práticas. Constatam-se[17], assim, práticas hierárquicas de imposição e punição que começam desde a formação e acompanham a vida militar desses policiais, conduzindo uma cultura policial em que vigora a necessidade de obediência e submissão, produzindo, dessa maneira, mecanismos de vigilância generalizados e adoecimentos em grande escala.

Apenas no ano de 2016 a PMERJ concedeu 1398 licenças psiquiátricas[18]. O estresse e a depressão estão entre as principais causas do afastamento. Esse número não contabiliza todos os policias que estão em tratamento psicológico ou psiquiátrico, visto que existe uma grande parcela que trabalha internamente, realizando atividade meio. Hoje na PMERJ, o principal programa de prevenção em saúde é o Serviço de Atenção à Saúde do Policial Militar (SASP) com equipes multidisciplinares que buscam avaliar a situação médica e psicológica dos policiais. Este programa faz parte da Diretoria Geral de Saúde (DGS) da PMERJ, responsável por gerenciar dois hospitais (HCPM e HPM Niterói), quatro policlínicas (Cascadura, São João de Meriti, Olaria e Campos), um Centro de Fisiatria e Reabilitação (CFR). Possui em seu quadro oficiais médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, psicólogos, etc. No momento são 98 oficiais psicólogos trabalhando por toda região do estado do Rio de Janeiro, atuando em 32 batalhões, nos hospitais e nas policlínicas. Ocupam o cargo de psiquiatra, apenas cinco oficiais[19], e devido a esse quantitativo ficam restritos ao HCPM, trabalhando primordialmente nas juntas de perícia médica.

[17] Albuquerque, C. e Machado, E. (2001) discutem os mecanismos de submissão e sujeição promovidos em um curso de formação de policiais militares da Bahia.

[18] Matéria do Globo de 31 de janeiro de 2017 por Caio Barretto Briso, Elenilce Bottari e Júlia Amin https://oglobo.globo.com/rio/em-apenas-um-ano-pm-concedeu-1398-licencas-psiquiatricas-20847028#ixzz4yG4CH3gA

[19] Segundo Miranda et al. (2016) "até o mês de agosto de 2015, o quadro de médicos psiquiatras do serviço ambulatorial da PMERJ estava sobrecarregado. O efetivo de oficiais médicos psiquiatras na área assistencial era de cinco profissionais no ambulatório e um no Renascer. A proporção médico/paciente era de 5 para 38 mil

É importante destacar que os acidentes de trabalho e adoecimentos relacionados ao trabalho são fenômenos antigos, mas que se reatualizam e se modificam de acordo com o contexto sócio histórico presente que configura a organização e as condições do mundo do trabalho. A forma como vai se estruturar produzirá efeitos tanto na saúde dos trabalhadores quanto na produção dos serviços, podendo desenvolver prazer e/ou sofrimento.

Isto significa para Sznelwar et al. (2011) que:

> As maneiras de organizar o trabalho que privilegiam o individual e focalizam todo processo de constituição das relações nas organizações numa perspectiva de isolar as pessoas e solicitar que o desempenho de cada um seja o mote principal – em detrimento da construção de coletivos em que predominem a cooperação e a solidariedade – devem ser compreendidas e, se possível, superadas na constituição dos processos de produção. Estão em jogo relações de poder e dominação que [...] constituem os cenários onde as práticas mais ou menos nefastas podem se constituir. (p.22).

usuários. Esta relação encontrava-se aquém da preconizada pelo Ministério da Saúde em sua Portaria 1101 de 2012. Esse instrumento define um psiquiatra para cada cinco mil habitantes." (p. 90)

3. Metodologia: Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o conceito de hierarquia e sua correlação com a saúde dos policiais militares. O procedimento metodológico consistiu em um levantamento bibliográfico de artigos científicos, dissertações e teses. A revisão da literatura pode ser vista como uma ferramenta científica para apreensão de conhecimento, organização e discussão de um tema específico. Optamos por uma revisão sistemática integrativa, diferente da revisão narrativa, utiliza-se de métodos sistemáticos e planejados para responder uma questão específica (Botelho et al., 2011). Através da análise e coleta de dados dos estudos selecionados é possível construir conhecimentos originais relevantes.

> Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema. A revisão integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores (BOTELHO et al., 2011, p. 126).

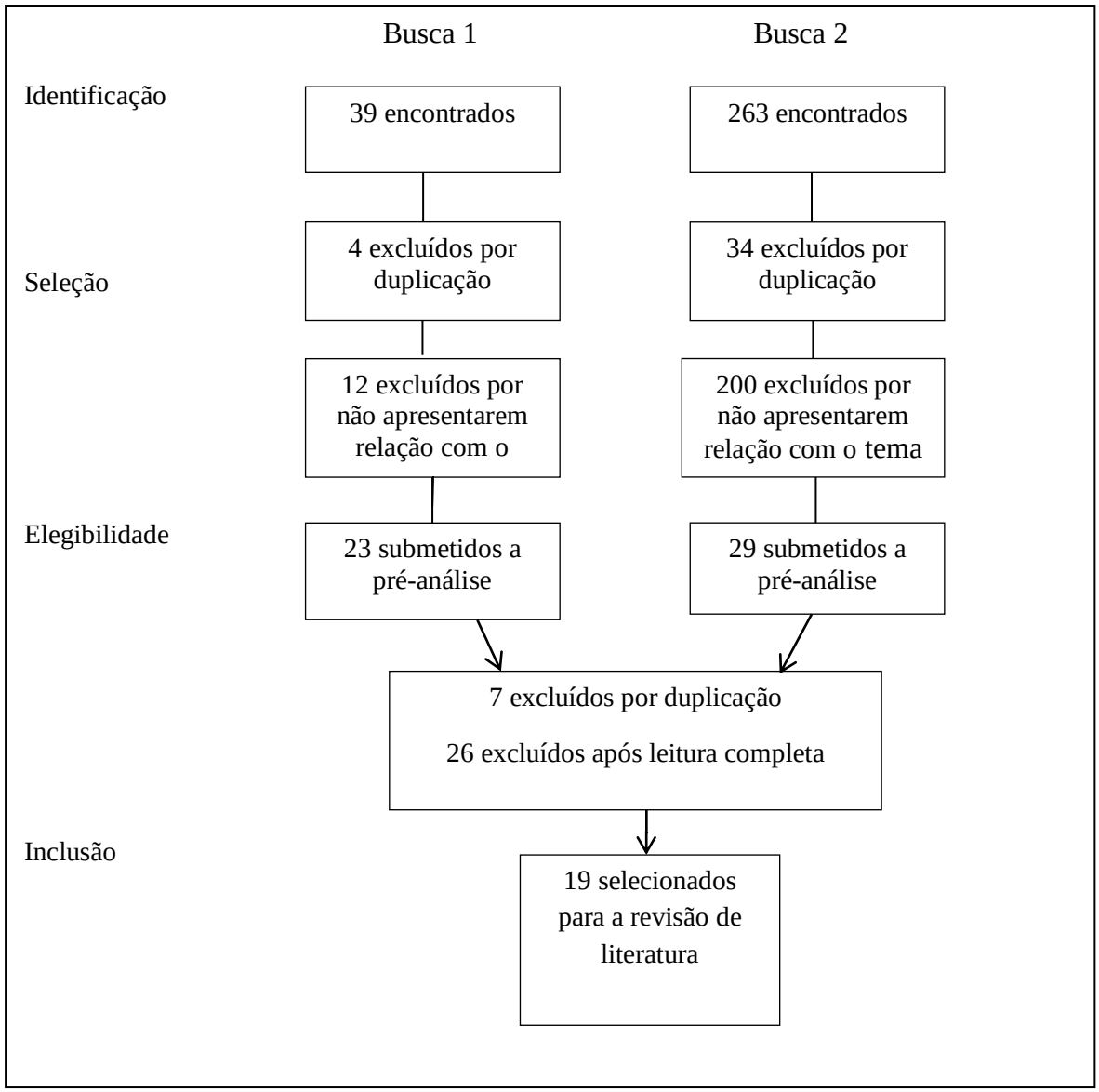
Nesse estudo optamos por seguir as seis fases indicadas por Botelho et al. (2011). A primeira consiste no recorte do tema e a construção de uma questão norteadora para investigação, a partir disso delimitam-se os descritores e as bases de dados que serão utilizadas. Em um segundo momento são estabelecidos os critérios objetivos de inclusão e exclusão. Na terceira fase é realizada a leitura e identificação dos estudos selecionados. Na quarta é construído um instrumento de análise, geralmente uma matriz de síntese, e partir daí são realizadas uma análise crítica e a categorização dos estudos. Na penúltima fase é importante a discussão dos resultados, apontando as lacunas existentes, e a fase final é a construção de um documento que revela detalhadamente a revisão e as sínteses realizadas. Neste trabalho apresentaremos os resultados em dois artigos, cada um deles busca responder os objetivos específicos traçados.

Seguindo esses passos, para iniciar a revisão sistemática integrativa confeccionamos uma questão-problema que interpelasse a literatura referente ao tema. A pergunta norteadora escolhida foi: Quais os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro? Com essa pergunta buscamos abranger os trabalhos científicos que levantassem algum tipo de correlação entre a hierarquia militar e a saúde desses profissionais.

No dia 29 de março de 2017 foi realizada a primeira busca com descritores que foram definidos a partir de leituras previamente realizadas que ambientavam a relação entre saúde e a categoria policial militar. Escolhemos como descritores (Hierarquia OR "Hierarquia militar" OR "Organização hierárquica" OR "Cadeia de comando") AND (Policial OR "Polícia militar" OR Militarismo OR Militar OR Exército OR "Forças armadas" OR PMERJ) AND (Saúde). Compreendendo as semelhanças no funcionamento da hierarquia em instituições para além da polícia, objetivou-se ampliar o escopo da pesquisa para todas as corporações militares. Desse modo, foram selecionadas as seguintes bases de dados: a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific electronic library online (Scielo), *Scopus, Web of Science e PscycInfo*. Nessa primeira busca pudemos observar um baixo índice de publicações no campo da saúde que discutiram as influências da hierarquia militar na saúde dos trabalhadores.

De forma a ampliar o escopo da revisão foi realizada uma nova busca bibliográfica no dia 13 de março de 2018, dessa vez, internacional. Foram utilizados os seguintes descritores, (Hierarquia OR "Hierarquia militar" OR "Uso de poder" OR "Organização hierárquica" OR "Cadeia de comando") AND (Policial OR Polícia) - (Hierarchy OR "Military Hierarchy" OR "Use of Power" OR "Hierarchical organization") AND (Police OR "Police Force" OR "Police officers"). Nesta optamos por restringir as buscas apenas para as forças policiais.

Quadro 1.Seleção da amostra da revisão bibliográfica.



Durante o processo de seleção foram excluídos inúmeros estudos internacionais sobre a polícia, pois a partir de análise minuciosa atentamos ao fato de que a maior parte utilizava os bancos de dados oficiais da Polícia para pesquisa ou utilizava os policiais e militares para investigar algum processo de adoecimento e o tratamento utilizado, como exemplo a fascite plantar, sem fazer qualquer relação com o ambiente militar. Notamos nesses estudos uma apropriação desses registros e desses indivíduos sem abordar as especificidades da própria categoria profissional e sem construção de conhecimento para a própria organização. Os estudos que tratavam de fato das situações ocupacionais destes profissionais foram muito raros. Ainda, foram excluídos artigos que não apresentaram qualquer correlação com o tema da hierarquia, ou quando utilizavam a hierarquia apenas como Método de Estatística

Multivariada chamada Análise Hierárquica (Analytical Hierarchy Process). Mantivemos apenas estudos que dialogassem com a saúde e mencionassem a hierarquia.

Enquanto instrumento de análise metodológica construímos a seguinte matriz. A partir dela foram submetidos à análise os artigos encontrados e construída uma tabela com uma síntese dos principais pontos de análise apreciados na revisão integrativa.

Tabela 1. Matriz

Categorias	Estudo
Título da pesquisa	
Autoria	
Ano da Publicação	
Área do conhecimento	
Periódico	
Palavras-chave	
Tipo de pesquisa	
Objetivo	
Metodologia	
Quadro Teórico	
Como conceitua Hierarquia?	
Relação entre Hierarquia e Poder?	
Correlação entre Hierarquia e Saúde?	

Tabela 2. Tabela de sínteses

Categorias	Sínteses	Fontes
Correlação entre Hierarquia e Saúde	Ambiente militar e/ou policial como fonte de estresse	3;6;10;12;17;18;19
	Hierarquia associada positivamente com impacto na saúde (ex: desenvolvimento de transtornos mentais)	3;4;5;9;10;12;17;19
Conceituação de Hierarquia	Não há definição	1;5;7;11;14;15;16;18
	Hierarquia associada a rigidez	4;5;6;10;13;17
	Hierarquia descrita a partir da diferença entre patentes (Superior e subordinado)	2;8;9;12;17;19
	Hierarquia enquanto princípio fundamental	3;13
Hierarquia e Poder	Hierarquia influenciando relações de poder	4;8;11;14;16;19
	Hierarquia e Gênero	3;11;14;8
	Hierarquia relacionada a *status* ou posição social	1;2;4;5;6;12;13;15;17

4. Resultados

A partir dos critérios de seleção foram coletados 19 estudos (13 artigos e 6 dissertações). Na tabela abaixo descrevemos os estudos analisados. A maior parte deles são publicações recentes com recorte brasileiro e de caráter qualitativo. Em termos de abrangência internacional encontramos 4 estudos dos EUA e 1 de origem italiana. Os estudos datam de 2007 a 2017, aumentando principalmente nos últimos 6 anos, sendo os anos de 2012 e 2015 com maior número de publicações.

	Referência	**Ano**	**País**	**Tipo de estudo**	**Instrumento**	**Objetivos**
1	Abreu, Marcleyde et al.	2015	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Análise documental Entrevistas	Analisar o processo de incorporação do *habitus* militar pelas oficiais enfermeiras estagiárias durante um Estágio Probatório de adaptação de oficiais na PMERJ
2	Azevedo, Érika	2012	Brasil	Dissertação. Análise Qualitativa	Análise do discurso	Estudar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento das relações no trabalho que permearam o discurso de um grupo de soldados da polícia militar: como estes falaram de seu trabalho e através desta fala posicionaram-se e posicionaram sua clientela e sua hierarquia
3	Bezerra, Cláudia	2012	Brasil	Dissertação Análise Qualitativa	Grupos focais	Investigar como as mulheres policiais militares do Rio de Janeiro compreendem e interpretam o estresse ocupacional e suas consequências em sua vida laboral e familiar.
4	Cecarechi, G. e Scatolin, H.	2017	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Revisão da literatura	Identificar os fatores do ambiente de trabalho da Polícia Militar que afetam a saúde mental da polícia, definindo e demonstrando as consequências.
5	Da Silva, Maurivan; Vieira, Sarita	2008	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Observação livre Pesquisa documental Entrevistas	Identificar como a organização se estrutura e relacioná-la com a saúde mental. Busca contextualizar as finalidades dos serviços de segurança pública via breve histórico da polícia estadual, sua divisão e aplicabilidade frente à violência cotidiana.
6	De Liz, Carla Maria et al.	2014	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Pesquisa de campo comparativa Questionário	Comparar a percepção de estresse em policiais militares em função das características ocupacionais e sociodemográficas.
7	Hartley, T. et al.	2013	EUA	Artigo Análise Quantitativa	Estudo Transversal Escalas	Examinar as diferenças nos níveis de estresse e enfrentamento da polícia em policiais com e sem experiência militar.
8	Ibbetson, Paul	2011	EUA	Dissertação Análise Qualitativa	Entrevistas	Estudar chefes de polícia do Kansas sobre as ameaças emergentes nos últimos 10 anos e perguntar como e por que eles priorizam certas ameaças e não outras.
9	Lima, Fabíola; Blank, Vera;	2015	Brasil	Artigo Análise	Estudo descritivo de	Verificar a prevalência de Transtorno Mental e Comportamental (TMC) em

	Menegon, Fabricio			quantitativa	corte transversal	Policiais Militares em Licença para Tratamento de Saúde (LTS), da região metropolitana de Florianópolis
10	Martins, L C X; Lopes, C S	2012	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Estudo transversal do tipo censitário	Avaliar a prevalência de transtornos mentais comuns e estresse no trabalho, bem como a associação entre os dois, entre militares em tempo de paz. Identificar subgrupos ocupacionais com maior prevalência de transtornos.
11	Mecone, Marcia; Freitas, Genival; Bonini, Barbara	2015	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Análise documental	Identificar e analisar os enunciados discursivos que caracterizam a formação de RH em enfermagem na década de 1940 pela Cruz Vermelha Brasileira
12	Morrell, Catherine	2012	EUA	Dissertação Análise Quantitativa	Dados secundários	Investigar se existe uma relação entre hierarquia, controle e nível de estresse (cortisol salivar).
13	Rodrigues, Leandro; Nascimento, Thiago; Neiva, Elaine	2014	Brasil	Artigo Análise Quantitativa	Questionários Análise estatística	Descrever e testar a relação entre os valores organizacionais e as atitudes dos indivíduos frente à mudança por meio de instrumentos validados psicometricamente.
14	Santos, Marina Lery; Rocha-Coutinho, Maria Lúcia	2010	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Entrevistas	Investigar como elas vivenciam a experiência de uma carreira até então vedada a mulheres, como percebem a hierarquia e as relações de poder típicas dessa carreira, e quais os seus projetos profissionais e pessoais para o futuro.
15	Silva, Joana	2009	Brasil	Dissertação	Revisão da literatura	Realizar um levantamento da produção científica com temática relacionada à atividade do policial militar, bem como verificar e detalhar a incidência de estudos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial, o sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador.
16	Silva, Marlene; Santana, Vilma; Dourado, Inês	2007	Brasil	Artigo Análise Quantitativa	Estudo de mortalidade proporcional Dados secundários Análise estatística	Descrever a mortalidade proporcional por AIDS associada aos fatores ocupacionais na Marinha do Brasil
17	Silva, Natália	2015	Brasil	Dissertação	Revisão da literatura	Analisar a bibliografia produzida na área de Saúde Pública sobre a relação entre os aspectos institucionais da organização policial militar, a produção de subjetividade e a saúde mental, buscando identificar se os policiais relacionam as características da organização militar ao adoecimento psíquico.
18	Violanti, John.	2009	EUA	Artigo Análise Quantitativa	Estudo de mortalidade proporcional Dados secundários Análise estatística	Examinar as taxas nacionais de suicídio da polícia, comparar suicídios policiais com bombeiros e militares, e examinar o suicídio em mulheres e oficiais de minorias.
19	Viotti, S	2016	Itália	Artigo	Entrevistas	Identificar os fatores relacionados ao

				Análise Qualitativa	Análise de *Template*	trabalho e compreender como eles afetam negativamente a saúde psicológica dos Oficiais Correcionais no sistema penal italiano.

Os resultados serão apresentados em formato de artigo. O artigo 1, *A hierarquia da polícia militar nas publicações da área da saúde: uma revisão da literatura* buscou responder ao seguinte objetivo: a) analisar como o conceito de hierarquia é descrito nas produções bibliográficas da área da saúde. E o artigo 2, *Os impactos da Hierarquia na Saúde dos policiais militares: uma revisão da literatura* procurou desenvolver os objetivos específicos: b) compreender a hierarquia no engendramento das relações de poder na instituição; c) descrever os efeitos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares; e d) compreender de que maneira a hierarquia militar afeta a organização, as condições e as relações de trabalho na PMERJ.

4.1 ARTIGO 1 - A hierarquia da polícia militar nas publicações da área da saúde: uma revisão da literatura.[20]

Resumo:

Neste artigo buscamos apresentar como o conceito de hierarquia é descrito nas produções bibliográficas sobre a saúde dos policiais militares. Através do processo de análise de Revisão Sistemática Integrativa realizada em bases bibliográficas eletrônicas brasileiras e internacionais da área de saúde, foram selecionados 19 estudos (13 artigos e 6 dissertações). Em sua maioria, os estudos são predominantemente brasileiros e de caráter qualitativo. Datam de 2007 à 2017, com aumento nos últimos 6 anos, sendo os anos de 2012 e 2015 com maior número de publicações. Observamos primeiramente uma parca produção de bibliografia, assim como de modo generalizado uma ausência de referencial teórico sobre hierarquia no campo da saúde.

Palavras chave: Hierarquia, Saúde, Polícia Militar, Revisão

Introdução

A cada dia que se passa no Rio de Janeiro[21], maiores são os debates acerca do sistema de segurança público brasileiro. Diante das altas taxas de violência e as demandas sociais por reformas vemos a necessidade de aprimorar o conhecimento sobre a polícia, que por muito tempo se manteve distante dos espaços acadêmicos e pesquisas científicas. Apenas a partir de 1990 ganham fôlego os estudos sobre polícia no campo das Ciências Sociais no Brasil (Muniz, Caruso, Freitas, 2018). Podemos, assim, acompanhar recentemente a construção de uma nova problemática, na qual a polícia se torna objeto de estudo. Especificamente, no caso do Brasil, é importante sublinhar que as polícias foram por longo tempo muito mais organizações militares empregadas na defesa nacional e segurança interna do que propriamente utilizadas na segurança pública. Surgem no Rio de Janeiro em 1809, como um espelho do Exército, na qual constroem sua estrutura e burocracia de maneira idêntica, configurando assim até hoje o modelo militar das polícias no Brasil. Durante esse processo, as polícias brasileiras se solidificaram como força auxiliar reserva do Exército, convocadas,

[20] Artigo submetido à Revista Salud Colectiva.
[21] No dia 16 de fevereiro de 2018 foi decretado a intervenção federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Até a presente data está coordenando as ações de segurança pública do Estado o Gabinete da Intervenção Federal.

muitas vezes, a atuar em guerras e revoltas populares, se afastando da natureza do trabalho policial (Muniz, 2001).

Muniz (2001) afirma que essa experiência brasileira trouxe não apenas uma arquitetura militar para as polícias, mas também uma militarização ideológica. Em 1970 acontece uma das últimas grandes reformas no sistema policial brasileiro, consolidando duas polícias por estado, uma civil e uma militar, que passam a retomar a lógica de policiamento, com aspecto investigativo e ostensivo, respectivamente. Vale destacar que até o ano de 1982 os comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro só podiam ser oficiais do Exército.

Ainda hoje fica evidente a influência do modelo militar nas polícias brasileiras como um todo. Podemos observar o fardamento, a continência, a marcha, o corpo obediente e rígido. A lógica militar com seus pilares - hierarquia e disciplina - sustenta a organização do trabalho nas policias militares do Brasil. Castro (2009), pioneiro no estudo antropológico dos militares brasileiros, aponta uma característica fundamental da instituição militar: a construção de um "mundo" militar que se separa do mundo civil. O que consiste em delimitar de modo oposto esses dois lugares. Essa cisão entre meio militar e meio civil atravessa todo o funcionamento institucional, determinando a construção de fronteiras de pertencimento referentes ao "mundo" militar. Este possui sua dinâmica de trabalho e de socialização prescrita a partir de regimentos internos previamente escritos. As ações dentro desse meio cumprem uma lógica de preservação da cadeia de comando hierárquica, ordenando uma realidade própria ao mesmo tempo em que reduz ao máximo o intervalo entre o comando e a obediência, entre a ordem e seu cumprimento. A construção dessa fronteira se dá principalmente a partir da hierarquia, a qual configura quem é de dentro e quem é de fora, nesse sentido, ser militar permite ocupar um lugar nessa hierarquia (LEIRNER, 1997).

Sabemos que a hierarquia não é um tema de fácil análise. Dumont (2008) acredita que muitos autores demonstram aversão ao conceito, rejeitando ou se esquivando. Segundo ele, muitos sociólogos e filósofos ainda não conseguiram apreender o conceito de hierarquia, o que prejudicou o seu entendimento e aprofundamento. Devido a isso, não pretendemos aqui negligenciar a importância desse fenômeno no mundo militar. Para isso buscamos ultrapassar o senso comum para alcançar compreensões mais complexas. Nessa perspectiva a hierarquia deixa de ser vista apenas como uma cadeia de comandos superposta ou uma classificação taxonômica, este raciocínio nos faz perder de vista a relação com o conjunto e sua referência

dos elementos com o todo. É necessário visualizar o todo e as relações de interdependência entre os englobantes e englobados. “A hierarquia, em princípio, é a atribuição de um lugar a cada elemento com relação ao conjunto” (DUMONT, 2008, p.143). Ao não nos limitarmos a um único elemento, conseguimos visualizar a interdependência e a subordinação que a hierarquia promove.

Leirner (1997), ao iniciar seus estudos antropológicos no Exército Brasileiro, pensava que a disciplina justificaria toda essa configuração, sendo um fim em si mesmo e, portanto, estruturante da esfera militar. Contudo, ao aprofundar sua análise verificou que é por meio da hierarquia que conseguimos mapear a totalidade que constitui as relações sociais desse grupo, pois a partir dela são definidos previamente e institucionalmente os critérios de sociabilidade, que vão sendo afirmados e repetidos coletivamente:

> é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa (LEINER, 1997, p. 52-3).

Dessa forma, pode ser compreendida enquanto um dispositivo organizador das relações sociais entre militares. Este princípio chave ordena e estratifica a vida militar, distribuindo socialmente e desigualmente posições institucionais subordinadas. Este princípio de organização e gestão da vida militar produz implicações na organização do trabalho como um todo e nas condições de trabalho.

A partir de uma análise ampliada dos contornos institucionais, suspendemos aqui a ideia da disciplina enquanto essência do ser militar, para enfatizar principalmente o seu fenômeno enquanto princípio fundamental e estruturante do mundo militar. É possível, assim, verificar a influência da hierarquia militar sobre as polícias, enquanto reguladora das relações internas, pois atua como princípio base da organização militar, realizando divisões de trabalho, diferenças salariais e espaciais, assim como diferenças no tempo para promoção na carreira. No Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, que regula as obrigações e direitos desses servidores, observamos no seu artigo segundo uma importante referência ao caráter basal da organização da instituição no par hierarquia e disciplina e a relação mantida com o Exército:

> Art. 2º - A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, subordinada ao Secretário de Estado de Segurança Pública, é uma instituição permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à manutenção da ordem pública no Estado do Rio

> de Janeiro, sendo considerada Força Auxiliar, reserva do Exército. (Lei 443 de 1º de julho de 1981).

Notoriamente, a hierarquia militar da PMERJ encontra-se sobre fissuras identitárias, uma vez que se subordina a hierarquia militar do Exército ao mesmo tempo em que precisa se diferenciar deste devido às funções exercidas. As semelhanças formais do princípio de hierarquia em ambas as instituições não respondem as especificidades e funções de cada uma. Esta especificidade precisa ser levada em consideração.

Em 2003, um estudo diagnóstico sobre a polícia civil realizado por Minayo e Souza trouxe contribuições significativas ao pesquisar o policial enquanto trabalhador, ao investigar e descrever as condições de trabalho e a qualidade de vida reconheceram sua condição enquanto trabalhador brasileiro. Estudar o trabalho policial no campo da saúde pública trouxe uma importante contribuição para os estudos de policiais e para a gestão da própria polícia. "Conhecer as condições de saúde física e de risco dos 'trabalhadores policiais' significa poder avaliar as consequências das condições de trabalho impostas a estes operadores de segurança das pessoas." (MINAYO et al., 2008, p.10). Pensar nas práticas de segurança pública sem analisar a saúde dos seus profissionais encarregados se tornou impraticável.

Diante disso, trazemos aqui como propulsor da nossa análise três pesquisas realizadas na PMERJ entre 2008 e 2016 que descrevem os aspectos da organização do trabalho e os efeitos disso na saúde dos seus policiais militares. Minayo et al. (2008), Bezerra (2012) e Miranda (2016) ao investigarem as condições do trabalho policial no Rio de Janeiro permitem um diagnóstico assertivo sobre os impactos do serviço. Destacam como as relações de trabalho, assim como as condições atuais refletem diretamente na saúde desses trabalhadores. Afirmam que a organização do trabalho e a divisão de trabalho desigual tal qual existe permitem criar ambientes laborais desfavoráveis para a preservação da saúde destes profissionais.

Frente a isso, buscamos apoiar nossa pesquisa no campo da saúde, para compreender como estão as análises para esses trabalhadores. Reforçar a perspectiva do policial militar enquanto trabalhador nos permite compreender de maneira minuciosa o trabalho policial empregado, as condições de saúde, e ao mesmo tempo dar visibilidade para uma categoria de servidor público que quase nunca se percebe ou é percebido como tal. Quais seriam então os impactos dessa organização de trabalho – atravessada por uma hierarquia militar – na saúde dos trabalhadores policiais militares? Elegemos aqui a hierarquia como princípio chave nesse

estudo, como dispositivo dessa organização tão complexa. Ao iniciarmos nossas buscas literárias sobre o fenômeno da hierarquia observamos uma parca produção de literatura, vimos assim a necessidade de descrever os achados para compreender como esse conceito está sendo tratado pelos pesquisadores da saúde. Nessa perspectiva buscamos aqui investigar como o conceito de hierarquia é descrito nas produções bibliográficas da área da saúde.

Método

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o conceito de hierarquia e sua correlação com a saúde dos policiais militares. O procedimento metodológico consistiu em um levantamento bibliográfico de artigos científicos, dissertações e teses. A revisão da literatura pode ser vista como uma ferramenta científica para apreensão de conhecimento, organização e discussão de um tema específico. Optamos por uma revisão sistemática integrativa, diferente da revisão narrativa, utiliza-se de métodos sistemáticos e planejados para responder uma questão específica (BOTELHO et al., 2011). Através da análise e coleta de dados dos estudos selecionados é possível construir conhecimentos originais relevantes.

Nesse estudo optamos por seguir as seis fases indicadas por Botelho et al. (2011). A primeira consiste no recorte do tema e a construção de uma questão norteadora para investigação, a partir disso delimitam-se os descritores e as bases de dados que serão utilizadas. Em um segundo momento são estabelecidos os critérios objetivos de inclusão e exclusão. Na terceira fase é realizada a leitura e identificação dos estudos selecionados. Na quarta é construído um instrumento de análise, geralmente uma matriz de síntese, e partir daí são realizadas uma análise crítica e a categorização dos estudos. Na penúltima fase é importante a discussão dos resultados, apontando as lacunas existentes, e a fase final é a construção de um documento que revela detalhadamente a revisão e as sínteses realizadas.

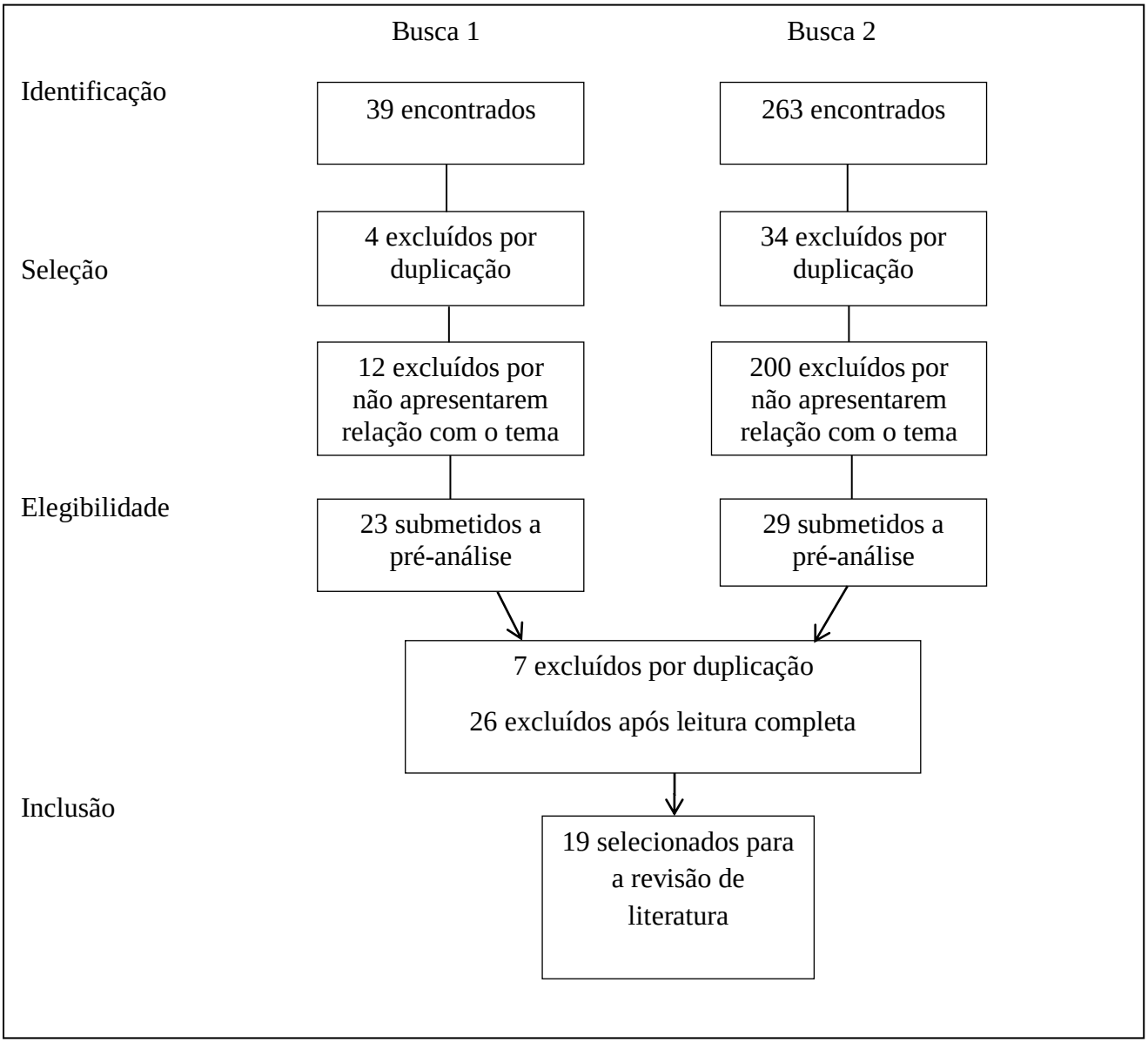
Seguindo esses passos, para iniciar a revisão sistemática integrativa confeccionamos uma questão-problema que interpelasse a literatura referente ao tema. A pergunta norteadora escolhida foi: Quais os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro? Com essa pergunta buscamos abranger os trabalhos científicos que levantassem algum tipo de correlação entre a hierarquia militar e a saúde desses profissionais. A partir dos primeiros achados e análises preliminares construímos uma nova pergunta: Como as produções da área de saúde discutem o conceito de hierarquia? Neste artigo traremos os

resultados desse objetivo específico da pesquisa, que consiste em analisar como o conceito de hierarquia é descrito nas produções bibliográficas da área da saúde.

No dia 29 de março de 2017 foi realizada a primeira busca com descritores que foram definidos a partir de leituras previamente realizadas que ambientavam a relação entre saúde e a categoria policial militar. Escolhemos como descritores (Hierarquia OR "Hierarquia militar" OR "Organização hierárquica" OR "Cadeia de comando") AND (Policial OR "Polícia militar" OR Militarismo OR Militar OR Exército OR "Forças armadas" OR PMERJ) AND (Saúde). Compreendendo as semelhanças no funcionamento da hierarquia em instituições para além da polícia, objetivou-se ampliar o escopo da pesquisa para todas as corporações militares. Desse modo, foram selecionadas as seguintes bases de dados: a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific electronic library online* (Scielo), *Scopus*, *Web of Science* e *PscycInfo*. Nessa primeira busca pudemos observar um baixo índice de publicações no campo da saúde que discutiram as influências da hierarquia militar na saúde dos trabalhadores.

De forma a ampliar o escopo da revisão foi realizada uma nova busca bibliográfica no dia 13 de março de 2018, dessa vez, internacional. Foram utilizados os seguintes descritores, (Hierarquia OR "Hierarquia militar" OR "Uso de poder" OR "Organização hierárquica" OR "Cadeia de comando") AND (Policial OR Polícia) - (Hierarchy OR "Military Hierarchy" OR "Use of Power" OR "Hierarchical organization") AND (Police OR "Police Force" OR "Police officers"). Nesta optamos por restringir as buscas apenas para as forças policiais.

Quadro 1.Seleção da amostra da revisão bibliográfica.



Durante o processo de seleção foram excluídos inúmeros estudos internacionais sobre a polícia, pois a partir de análise minuciosa atentamos ao fato de que a maior parte utilizava os bancos de dados oficiais da Polícia para pesquisa ou utilizava os policiais e militares para investigar algum processo de adoecimento e o tratamento utilizado, como exemplo a fascite plantar, sem fazer qualquer relação com o ambiente militar. Notamos nesses estudos uma apropriação desses registros e desses indivíduos sem abordar as especificidades da própria categoria profissional e sem construção de conhecimento para a própria organização. Os estudos que tratavam de fato das situações ocupacionais destes profissionais foram muito

mais raros. Ainda, foram excluídos artigos que não apresentaram qualquer correlação com o tema da hierarquia, ou quando apresentavam a hierarquia enquanto método de análise estatístico. Mantivemos apenas estudos que dialogassem com a saúde e mencionassem a hierarquia.

Resultados

A partir dos critérios de seleção foram coletados 19 estudos (13 artigos e 6 dissertações). Na tabela abaixo descrevemos os estudos analisados. A maior parte deles são publicações recentes com recorte brasileiro e de caráter qualitativo. Em termos de abrangência internacional encontramos 4 estudos dos EUA e 1 de origem italiana. Os estudos datam de 2007 a 2017, aumentando principalmente nos últimos 6 anos, sendo os anos de 2012 e 2015 com maior número de publicações.

Referência	Ano	País	Tipo de estudo	Instrumento	Objetivos
Abreu, Marcleyde et al.	2015	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Análise documental Entrevistas	Analisar o processo de incorporação do *habitus* militar pelas oficiais enfermeiras estagiárias durante um Estágio Probatório de adaptação de oficiais na PMERJ
Azevedo, Érika	2012	Brasil	Dissertação. Análise Qualitativa	Análise do discurso	Estudar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento das relações no trabalho que permearam o discurso de um grupo de soldados da polícia militar: como estes falaram de seu trabalho e através desta fala posicionaram-se e posicionaram sua clientela e sua hierarquia
Bezerra, Cláudia	2012	Brasil	Dissertação Análise Qualitativa	Grupos focais	Investigar como as mulheres policiais militares do Rio de Janeiro compreendem e interpretam o estresse ocupacional e suas consequências em sua vida laboral e familiar.
Cecarechi, G. e Scatolin, H.	2017	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Revisão da literatura	Identificar os fatores do ambiente de trabalho da Polícia Militar que afetam a saúde mental da polícia, definindo e demonstrando as consequências.
Da Silva, Maurivan; Vieira, Sarita	2008	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Observação livre Pesquisa documental Entrevistas	Identificar como a organização se estrutura e relacioná-la com a saúde mental. Busca contextualizar as finalidades dos serviços de segurança pública via breve histórico da polícia estadual, sua divisão e aplicabilidade frente à violência cotidiana.
De Liz, Carla Maria et al.	2014	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Pesquisa de campo comparativa Questionário	Comparar a percepção de estresse em policiais militares em função das características ocupacionais e sociodemográficas.
Hartley, T. et al.	2013	EUA	Artigo Análise	Estudo Transversal	Examinar as diferenças nos níveis de estresse e enfrentamento da polícia em

			Quantitativa	Escalas	policiais com e sem experiência militar.
Ibbetson, Paul	2011	EUA	Dissertação Análise Qualitativa	Entrevistas	Estudar chefes de polícia do Kansas sobre as ameaças emergentes nos últimos 10 anos e perguntar como e por que eles priorizam certas ameaças e não outras.
Lima, Fabíola; Blank, Vera; Menegon, Fabricio	2015	Brasil	Artigo Análise quantitativa	Estudo descritivo de corte transversal	Verificar a prevalência de Transtorno Mental e Comportamental (TMC) em Policiais Militares em Licença para Tratamento de Saúde (LTS), da região metropolitana de Florianópolis
Martins, L C X; Lopes, C S	2012	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Estudo transversal do tipo censitário	Avaliar a prevalência de transtornos mentais comuns e estresse no trabalho, bem como a associação entre os dois, entre militares em tempo de paz. Identificar subgrupos ocupacionais com maior prevalência de transtornos.
Mecone, Marcia; Freitas, Genival; Bonini, Barbara	2015	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Análise documental	Identificar e analisar os enunciados discursivos que caracterizam a formação de RH em enfermagem na década de 1940 pela Cruz Vermelha Brasileira
Morrell, Catherine	2012	EUA	Dissertação Análise Quantitativa	Dados secundários	Investigar se existe uma relação entre hierarquia, controle e nível de estresse (cortisol salivar).
Rodrigues, Leandro; Nascimento, Thiago; Neiva, Elaine	2014	Brasil	Artigo Análise Quantitativa	Questionários Análise estatística	Descrever e testar a relação entre os valores organizacionais e as atitudes dos indivíduos frente à mudança por meio de instrumentos validados psicometricamente.
Santos, Marina Lery; Rocha-Coutinho, Maria Lúcia	2010	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Entrevistas	Investigar como elas vivenciam a experiência de uma carreira até então vedada a mulheres, como percebem a hierarquia e as relações de poder típicas dessa carreira, e quais os seus projetos profissionais e pessoais para o futuro.
Silva, Joana	2009	Brasil	Dissertação	Revisão da literatura	Realizar um levantamento da produção científica com temática relacionada à atividade do policial militar, bem como verificar e detalhar a incidência de estudos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial, o sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador.
Silva, Marlene; Santana, Vilma; Dourado, Inês	2007	Brasil	Artigo Análise Quantitativa	Estudo de mortalidade proporcional Dados secundários Análise estatística	Descrever a mortalidade proporcional por AIDS associada aos fatores ocupacionais na Marinha do Brasil
Silva, Natália	2015	Brasil	Dissertação	Revisão da literatura	Analisar a bibliografia produzida na área de Saúde Pública sobre a relação entre os aspectos institucionais da organização policial militar, a produção de subjetividade e a saúde mental, buscando identificar se os policiais

					relacionam as características da organização militar ao adoecimento psíquico.
Violanti, John.	2009	EUA	Artigo Análise Quantitativa	Estudo de mortalidade proporcional Dados secundários Análise estatística	Examinar as taxas nacionais de suicídio da polícia, comparar suicídios policiais com bombeiros e militares, e examinar o suicídio em mulheres e oficiais de minorias.
Viotti, S	2016	Itália	Artigo Análise Qualitativa	Entrevistas Análise de Template	Identificar os fatores relacionados ao trabalho e compreender como eles afetam negativamente a saúde psicológica dos Oficiais Correcionais no sistema penal italiano.

Observamos assim, poucos estudos que tratam do tema e ao mesmo tempo uma ausência de problematização do próprio conceito. Em 8 estudos (ABREU et al., 2015; Da SILVA, VIEIRA, 2008; HARTLEY, et al., 2013; MECONE, FREITAS, BONINI, 2015; SANTOS, ROCHA-COUTINHO, 2010; SILVA, 2009; SILVA, SANTANA, DOURADO, 2007; VIOLANTI, 2009) não encontramos qualquer menção ao que significaria hierarquia ou como estariam entendendo este conceito. Presume-se muitas vezes uma propriedade natural e operativa, em outras, partem de ideias do senso comum ou inadequadas. Em De Liz et al. (2014) é utilizado o conceito de hierarquia como critério de análise da pesquisa, no entanto, confunde a divisão hierárquica com divisão entre policiais operacionais e policiais administrativos. Isso demonstra uma falta de aprofundamento e compreensão de um fenômeno mais complexo do que aparenta. Em Abreu et al. (2015) é mencionada a divisão do rancho entre os oficiais e praças, mas não se articula essa distinção com a configuração hierárquica estabelecida.

O estudo de Silva e Vieira (2008) aponta a hierarquia enquanto pilar da instituição militar. Hartley et al. (2013) reforça a ideia de que "em geral, os departamentos de polícia operam dentro de uma estrutura militar ou quase militar, incluindo cadeia de comando, estrutura hierárquica e hierarquia de autoridade." (p. 2) No entanto não desenvolvem o conceito nem como ele se operacionaliza. Silva (2009) destaca a hierarquia enquanto um empecilho na realização de pesquisas qualitativas no interior das policias, contudo não explica essa correlação. Violanti (2010) faz uma comparação da "*rank structure*" dos militares com a da polícia, mas não denomina isso como hierarquia.

Encontramos também uma forte associação da hierarquia com a rigidez, onde 6 publicações afirmavam a hierarquia ter um enquadre rígido ou produzir algum efeito de

rigidez no campo. Esses estudos não desenvolveram como chegaram nesse raciocínio, o que muitas vezes parecia uma reprodução de um discurso do senso comum em atrelar hierarquia a rigidez. Em Cecarechi e Scatolin (2017), De Liz et al. (2014) e Martins e Lopes (2012) associam hierarquia diretamente a rigidez, tratando como uma obviedade. Da Silva e Vieira (2008) destacam uma impossibilidade de qualquer mudança estrutural devido à rigidez hierárquica.

Em apenas 6 publicações (AZEVEDO, 2012; IBBETSON, 2011; LIMA, BLANK, MENEGON, 2015; MORRELL, 2012; SILVA, 2015; VIOTTI, 2016.) conseguimos visualizar alguma descrição da hierarquia, a qual compreenderia a existência de diferentes patentes, nas relações entre um superior e um subordinado, marcando assim quem manda e quem obedece (AZEVEDO, 2012). Lima et al. (2015) cita a existência de graduações: a praça e o oficial. Azevedo (2012) também menciona a continência como símbolo dessa relação. Ibbetson (2012) descreve outros símbolos de autoridade que circunscrevem essa realidade, como bandeiras, emblemas, inclusive barreiras físicas como balcões, paredes, sinais de não entrada e restrições de acesso. Morrel (2012) correlaciona hierarquia com posição e classificação dentro da organização ocupacional e divide em oficiais de alta patente (detetive, sargento, tenente e capitão) e oficiais de baixa patente (oficial de patrulha / policial). Viotte (2016) descreve hierarquia a partir de um esquema piramidal, onde estariam postos os superiores e os subordinados. Silva (2015) ressalta a supervisão hierárquica como elemento de regulação interno e divisão de tarefas.

A hierarquia apresenta maior relevância e aprofundamento em dois estudos. Bezerra (2012) ao estudar policias femininas destaca a importância do aspecto da hierarquia na organização do trabalho da polícia militar, como principal determinante na divisão de trabalho, o qual delimita tarefas, *status* e relações de subordinação. E com Rodrigues et al. (2014) reconhecemos a hierarquia capaz de realizar um mapeamento total da instituição, constituindo importante aspecto para compreensão da identidade militar, assim "... a hierarquia é a forma encontrada para garantir o cumprimento da missão organizacional, por meio da divisão clara de funções, do controle e da fiscalização." (p.584)

Discussão

Poucos achados ou pouco se pode dizer?

Encontramos pouquíssimas publicações sobre o tema. Outro ponto importante é que as pesquisas analisadas datam a partir do ano de 2007. Segundo Leirner (2009) até esse ano tem-se registro de apenas seis etnografias sobre militares, dentre estas estariam duas brasileiras, uma de 1990 e outra de 1997. Assim, os estudos aqui presentes apontam de maneira geral um caráter de inovação e um grande esforço em tentar compreender novos objetos de pesquisa.

Para Castro (2009) é necessário superar uma visão "externa" em relação aos militares, para evitar percepções exotizantes ou etnocêntricas. Quando se pesquisa ambientes militares encontra-se grande dificuldade em entrar no campo ou até mesmo saber o que se passa nas organizações militares. A clivagem entre os mundos militar e civil carrega categorias simbólicas dentro e fora que são fundamentais para a construção social da identidade militar. Esses traços podem conferir a instituição um caráter hermético e fechado para a sociedade civil. Aqui pode-se estender esses mesmos efeitos para as corporações policias militares. Essa clivagem mantém uma distância significativa, inclusive do mundo acadêmico, o que implica por vezes um tempo muito maior para se conseguir autorização para as pesquisas. A entrada nesse campo é muitas vezes dificultada e quando permitida, precisa-se de mais tempo também para uma maior apreensão dos fenômenos não muito claros para um pesquisador. Essas questões não esgotam a explicação para baixa produção bibliográfica encontrada, mas nos apontam alguns caminhos.

Ainda, quando falamos especificamente da polícia, percebemos que a chegada como objeto das ciências sociais no Brasil se deu a partir de estudos de violência, a polícia era uma realidade interdita, não se falava sobre, mas mencionavam suas práticas violentas e de maneira indireta era creditada como "aparelho repressor do Estado". (MUNIZ, CARUSO, FREITAS, 2018). A partir da década de 1990 os estudos sobre policiais ganham fôlego nas ciências sociais e temos com isso uma ampliação de debates sobre o tema. Contudo, Muniz, Caruso e Freitas, (2018) apontam que uma parte desses estudos acaba por naturalizar a cultura policial de forma homogênea e propor mudanças para a corporação sem antes aprofundarem o conhecimento do que é a polícia. Havendo assim uma necessidade de um mapeamento que promova maior compreensão diante de tamanha complexidade.

Nesta perspectiva, Rodrigues et al. (2014) assim como Leirner (1997) apontam a hierarquia como ponte para compreender melhor esse universo. A hierarquia se revelaria enquanto um princípio de regulação coletivo que se consolida constitucional e

institucionalmente nas relações sociais militares. O que possibilitaria mapear a instituição e compreender seu papel na manutenção da identidade militar.

Em grande parte dos estudos encontrados não havia nenhuma menção do que seria a hierarquia, de como entenderia esse conceito ou qual o seu papel na área de saúde. A hierarquia teria assim um lugar de invisibilidade nas pesquisas. Essa conjunção pode não parecer um dado importante para quem é de fora, mas para quem vive no mundo militar e observa os códigos e normas para cada situação, as possibilidades e limitações de promoção, as escolhas de quais ordens serão cumpridas primeiras, as tarefas desprezadas que recaem sob os mais modernos, percebe que invisibilizar esse fenômeno é reduzir drasticamente a realidade militar.

Torna-se compreensível a falta de conhecimento sobre esse tipo de organização de trabalho, e a ausência de clareza sobre determinados símbolos ou rituais. Promovendo muitas vezes um desconhecimento sobre o que é a hierarquia e como ela é posta. Dumont (1985) afirma a existência de uma aversão ao conceito. Para ele o homem moderno desconhece a hierarquia, ele não a vê, não consegue reconhecer. Acredita que os estudos sobre as castas indianas permitem a compreensão do princípio social da hierarquia, e assim uma apreensão de um valor diferente. A origem do sistema de castas possui muitas teorias e explicações, algumas religiosas, outras sociais, outras históricas. Sabe-se então que não se trata de uma origem única e sim muito complexa, na qual não é possível eleger apenas um elemento.

Segundo Dumont (2008) dos muitos estudos realizados sobre a casta, não houve em especial progresso considerável sobre o aspecto da hierarquia, permitindo assim incompreensões. A hierarquia foi por muito tempo negligenciada, em alguns poucos estudos foram associada a ideia de estratificação social, se confundindo com gradações de estatuto religioso somado as divisões de poder e de riqueza. Para Dumont (2008) esse raciocínio reduziu o sistema de castas a uma “rigidez toda especial”.

Chamamos a atenção para a quantidade de estudos encontrada que também associaram a hierarquia com a rigidez. Cabe destacar que a hierarquia faz parte de toda organização de trabalho, não sendo, portanto exclusiva da vida militar. Ao associar diretamente hierarquia e rigidez encobrimos as especificidades de cada organização de trabalho. E diante de uma possível rigidez não conseguimos compreender de que forma isso se dá. Como é essa rigidez? Quais os efeitos? Que fatores existem para que ela permaneça?

Os estudos parecem não considerar que as organizações de trabalho contemporâneas e principalmente as de prestação de serviços perderam o caráter rígido da Organização Científica do Trabalho (OCT), no qual havia um enquadre rígido sobre as tarefas, atividades e sobre o tempo. Ao comparar um operário de fábrica com um policial, vemos que os processos de trabalho têm diferenças significativas. A rotina, a monotonia e a repetitividade das tarefas padronizadas estão longe do trabalho policial, sendo este marcado por sua discricionariedade e polivalência. "O trabalho policial não procede de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, pelos próprios interessados, de suas atividades. Por esse motivo, são os mecanismos desse processo de seleção que são os principais determinantes da definição, da organização, e da análise do trabalho policial." (MONJARDET, 2003, p.45) Essa seleção acontece em meio a diversos fatores, formais ou clandestinos. Desta forma, o tempo e ritmo do trabalho precisam ser regulados por outros fatores.

Não podemos negar que as organizações de trabalho rígidas podem ter efeitos desestruturantes sobre as pessoas, diferentemente daquelas que permitem autonomia organizativa, pois diante da rigidez é difícil criar ou elaborar estratégias no trabalho. "Via de regra, quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de muda-lo." (DEJOURS, 1992, p.52). Mas isto não significa que toda e qualquer hierarquia é rígida, afinal, a ação de hierarquizar faz parte da vida social (DUMONT, 2008). Quando tomamos a relação entre hierarquia e rigidez como verdade absoluta deixamos de apreender o real efeito dela no campo, como ela funciona localmente e qual os efeitos produz em seus funcionários. Se partirmos desse pressuposto perdemos de vista toda uma gama de complexidade e reduzimos o fenômeno a um mero enquadre enrijecido, perdendo de vista suas sutilezas e contradições.

Qualquer julgamento prévio ou aversão sobre o tema impede nossa percepção do englobamento do contrário, o qual contém complementariedade e contradição. Não há superior sem inferior, nem vice-versa, assim como não há distinção hierárquica em dois níveis sem relação com sua totalidade. Qualquer censura, tabu ou afirmativa prematura impede que avancemos no conhecimento científico da hierarquia. Da mesma forma que negar ou depositar sobre ela toda e qualquer forma de rigidez nos provoca a estudar os militares a partir de uma única perspectiva.

Hierarquia: desenho e função

Por meio das pesquisas de Azevedo (2012), Lima et al (2015), Ibetson (2012), Morell (2012), Viotti (2016) e Silva (2015) é possível conceber a forma pela qual corresponderia a hierarquia militar: seria a existência de patentes em que as relações de trabalho seriam diferenciadas entre superiores e inferiores, conferindo assim posições de comando e de obediência. É importante destacar que essa oposição além de ser distintiva, trata-se de uma oposição hierárquica a qual compreende sempre a existência de dois termos onde um é superior ao outro, havendo assim *status* diferenciados: "Essa oposição analisa-se logicamente em dois aspectos parciais contraditórios: de uma parte, o elemento é idêntico ao conjunto na medida em que faz parte deste [...]; de outra, existe uma diferença ou, mais estritamente, uma contrariedade" (DUMONT, 1985, p.228).

Nessa perspectiva cada termo constrói uma relação singular com o todo, instituindo assim valores e naturezas diferentes, logo lugares diferentes na hierarquia. Desse modo, a hierarquia pode ser vista enquanto princípio segmentador, que segmenta não só patentes, mas indivíduos, constrói fronteiras de pertencimento e determina as possibilidades e limitações de acordo com o lugar ocupado (LEIRNER, 1997).

Conhecer esse aspecto hierárquico é importante para as pesquisas e estudos acadêmicos uma vez que reconhece as diferenças de *status* produzidas a partir do todo. Contudo observamos que nenhum dos estudos abordou um elemento central da hierarquia: o sistema de classificação. "Pela *classificação* se define o que foi, o que é, e o que vai ser cada indivíduo dentro da Força. A partir dela se definem as trajetórias pessoais, e, como isso vale para todos, constitui um parâmetro para os militares pensarem sobre si mesmos" (Ibidem, p. 83-84). Este sistema considerado como um conjunto de pontuação inclui a questão do mérito, no qual todas as premiações e conquistas na vida militar são computadas. Notas, conceitos, elogios, mas também punições ou repreensões são contabilizadas. Outro elemento que configura o sistema de classificação é o *tempo de serviço*, um equivalente temporal que mede a quantidade de tempo acumulado desde a entrada na corporação, sendo então equivalente para todos de uma mesma turma. Através destes dois elementos (mérito e tempo de serviço) obtém-se a posição na escala hierárquica, a chamada antiguidade, "tal conceito é justamente uma categoria que substancializa a ordem de *classificação,* combinando-a com o ano de formatura nas escolas e com a patente que o indivíduo ocupa." (Ibidem, p.86).

Conclusão

Notamos a importância desses estudos ao tentarem desbravar o mundo militar e seus fenômenos tão próprios. Mesmo com difícil acesso para as pesquisas acadêmicas, as pesquisas analisadas ousaram avançar sobre o tema. Contudo diante de uma ausência de referencial teórico nas publicações sobre a hierarquia, avaliamos a necessidade de aperfeiçoar a compreensão em torno dessa categoria. A falta de clareza e informação pode ser resultado da clivagem do mundo militar diante da sociedade civil. A proteção do mundo militar, de fato pertinente em assuntos estratégicos de defesa nacional, pode contribuir no desencadeamento de lógicas inadequadas e a permanência de um viés do senso comum. Outro fator contributivo pode ser o interesse recente dos pesquisadores científicos em se debruçarem sobre essa realidade, alçando assim, os policiais militares a condição de trabalhadores.

Nessa perspectiva sugerimos uma maior cooperação entre os espaços civis e militares na construção de pesquisas qualitativas para compreender melhor as conjunturas. Essas futuras pesquisas poderão considerar a hierarquia enquanto analisador central no trabalho policial militar. Este tem seu lugar, seus saberes e suas relações permeados por ela, logo, para assimilar a organização do trabalho policial militar, se faz necessário esclarecer e destacar os dispositivos hierárquicos. Desse modo, a hierarquia enquanto fenômeno estruturante do mundo militar nos convoca a construção de um referencial teórico apropriado. Enquanto categoria central, sua compreensão pode auxiliar nos estudos do processo de saúde e adoecimento de policiais, assim como no estudo do trabalho policial como um todo.

Referências

ABREU, M. S. de A., Haddad, V. C. do N., Costa, L. de M. C., Teixeira, K. R. B., Peres, M. A. de A., & Santos, T. C. F. Primeiras oficiais enfermeiras da polícia militar do estado do Rio de Janeiro (1994-1995): incorporação do habitus militar. Esc. Anna Nery Rev. Enferm, 19(4), 535–541. 2015. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000400535

AZEVEDO, E. F. de. O soldado policial militar e suas polícias: sua clientela e sua hierarquia. 2012. Retrieved from http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-11092012-154122/publico/azevedo_me.pdf

BEZERRA, C. Estresse ocupacional auto atribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado). FIOCRUZ/ENSP, Rio de Janeiro, 2012.

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e sociedade. Belo Horizonte, vol. 5, n. 11, Maio/agosto 2011, p. 121-136.

CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Orgs). Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

CECARECHI, G., & SCATOLIN, H. G. The fine line between combat violence and psychological distress: The working environment of the Military Police and mental health. Espacios, 38(8), 28. 2017. Retrieved from https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85013917979%7B&%7DpartnerID=40%7B&%7Dmd5=8f78bfd46c2bb8e3e9557e302aaa45b6

DA SILVA, M. B., VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saude e Sociedade, 17(4), 161–170. 2008. https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016

DE LIZ, C. M., CIRIMBELLI DA SILVA, L., ARAB, C., DA SILVEIRA VIANA, M., BRANDT, R., ITIBERE CUNHA VASCONCELLOS, D., & ANDRADE, A. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. Revista Cubana de Medicina Militar, 43(4), 467–480. 2014. Retrieved from http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0138-65572014000400007&lang=pt

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Trabajo y violência. Madri: Modus Laborandi, 2009.

DUMONT, L. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HARTLEY, T. A., VIOLANTI, J. M., MNATSAKANOVA, A., ANDREW, M. E., & BURCHFIEL, C. M. (2013). Military experience and levels of stress and coping in police officers. Int J Emerg Ment Health, 15(4), 229–239. Retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4734366/?tool=pubmed

IBBETSON, P. A. Changing public threats and police priorities: How police chiefs respond to emerging threats. ProQuest Information & Learning, US, 2012

LEIRNER, P. Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

LEIRNER, P. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LIMA, F. P. DE, BLANK, V. L. G., & MENEGON, F. A. (2015). Prevalência de transtorno mental e comportamental em policias militares/SC, em licença para tratamento de saúde. Psicol. ciênc. prof, 35(3), 824–840. Retrieved from

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300824&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

MARTINS, L. C. X., & LOPES, C. S. Military hierarchy, job stress and mental health in peacetime. Occupational Medicine (Oxford, England), 62(3), 182–187. 2012 https://doi.org/10.1093/occmed/kqs006

MECONE, M. C. DA C., DE FREITAS, G. F., & BONINI, B. B. Formação em Enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira na década de 1940: uma abordagem Foucaultiana. Revista Da Escola de Enfermagem Da USP, 49(spe2), 60–67. 2015 https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000800009

MINAYO, M.; SOUZA, E.; CONSTANTINO, P. (coord.). Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MIRANDA, D. (org). Por que policias se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MONJARDET, D. O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MORRELL, C. M. Salivary cortisol, rank, and perceived control among law enforcement personnel. ProQuest Information & Learning, US, 2012

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Security and Defense Studies Review. Vol. 1, Winter, 2001. p.177-198.

MUNIZ, J.; CARUSO, H.FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balance sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. BIB, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 148-187.

RIO DE JANEIRO. Lei 443 de 1º de julho de 1981. Estatuto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1981.

RODRIGUES, L. G., NASCIMENTO, T. G., & NEIVA, E. R. Valores organizacionais e atitudes frente à mudança: o caso da polícia militar do Distrito Federal. Psicol. ciênc. prof, 34(3), 574–591. 2014. Retrieved from http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n3/1982-3703-pcp-34-03-0574.pdf

SANTOS, M. M. L., & ROCHA-COUTINHO, M. L. Mulheres na Força Aérea Brasileira: Um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. Estudos de Psicologia. Brazil: Estudos de Psicologia UFRN. 2010 https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300005

SILVA, J. H. R. DA. Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental. 2009. Retrieved from http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04122009-112509/publico/JoanaHRSilva.pdf

SILVA, M., SANTANA, V., & DOURADO, I. Military rank and AIDS proportionate mortality in the Brazilian Navy TT - Hierarquia militar e mortalidade proporcional por AIDS

na Marinha do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 23(2), 419–426. 2007. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200018

SILVA, N. N. DA. Organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental: uma revisão de literatura. Escola Nacional de Saúde Pública, 2015. Retrieved from https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12971

VIOLANTI, J. M. Police suicide: a national comparison with fire-fighter and military personnel, Policing: An International Journal of Police Strategies & Management, Vol. 33 Iss 2 pp. 270 – 286. 2010. Permanent link to this document: http://dx.doi.org/10.1108/13639511011044885

VIOTTI, S. Work-related stress among correctional officers: A qualitative study. Work, 53(4), 871–884. 2016. https://doi.org/10.3233/WOR-152238

4.2 ARTIGO 2 - Os impactos da Hierarquia na Saúde dos policiais militares: uma revisão da literatura[22]

RESUMO

Objetivos: Neste artigo buscamos analisar como a hierarquia militar impacta a saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro.

Métodos: Revisão Sistemática Integrativa realizada em bases bibliográficas eletrônicas brasileiras e internacionais da área de saúde: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific electronic library online (Scielo), Scopus, Web of Science e PscycInfo. Após identificação e avaliação da elegibilidade dos estudos foram selecionados 19 (13 artigos e 6 dissertações).

Resultados: A hierarquia aparece em alguns estudos enquanto fator colaborador na emergência de sofrimento e implicações na saúde. É um dos elementos da organização do trabalho policial/militar, ambiente este associado ao desenvolvimento do estresse e transtornos mentais. Algumas pesquisas apontam a conexão das relações hierárquicas com as de poder.

Discussão/Conclusão: Não foi possível estabelecer correlação direta das relações hierárquicas com o adoecimento dos policiais, mas foram descritas diversas formas de adoecimento, como o estresse e o desenvolvimento de transtornos mentais desta categoria frente sua organização do trabalho. Ainda, práticas hierárquicas de comando e obediência podem vir a servir para a docilização e/ou exploração do trabalhador. Observamos a necessidade de mais estudos, principalmente qualitativos, para aprofundar as sínteses encontradas.

Palavras chave: Hierarquia, Saúde, Polícia militar, Trabalho, Revisão.

Introdução

O trabalho é central na construção da identidade humana, mobiliza subjetivamente homens e mulheres, estruturando ou descompensando a saúde. Não é nunca neutro. É através dele que os indivíduos se realizam e se transformam. É fundamental para a saúde mental e

[22] Artigo submetido à Revista Brasileira de Saúde Ocupacional

pode produzir alienação e sofrimento, assim como prazer. Através da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, compreendemos a temática saúde/doença mental e trabalho a partir das dinâmicas intersubjetivas que permeiam a interação trabalho e trabalhador. Dessa maneira, a forma como as condições do trabalho e a organização do trabalho se configuram influenciam diretamente a saúde dos trabalhadores. Isto significa que quando a organização do trabalho influencia os mecanismos psíquicos do trabalhador gera-se sofrimento e/ou prazer (DEJOURS, 1992). A forma como as condições do trabalho e a organização do trabalho se configuram influenciam a saúde dos trabalhadores/as, e as vivências disso podem ser expressas através de queixas, sintomas, ou até mesmo pelos silenciamentos. O sofrimento, assim como, o medo e a ansiedade são alguns dos possíveis resultados do bloqueio dessa relação, consistem em uma luta entre as forças da organização do trabalho e o desejo do sujeito.

Um dos elementos relevantes da organização do trabalho é o sistema hierárquico. Dejours (1992) compreende por organização do trabalho: "não só a divisão do trabalho, isto é a divisão das tarefas entre os operadores, os ritmos impostos e os modos operatórios prescritos mas também, e sobretudo, a divisão dos homens para garantir esta divisão de tarefas, representada pelas hierarquias, as repartições de responsabilidade e os sistemas de controle" (p.10). De acordo com esse autor, a hierarquia precisa ser vista em sua importância, pois por si só cria processos de discriminação, assim como configura determinadas relações de poder. Em alguns locais de trabalho as relações hierárquicas promovem mais ansiedade do que questões relacionadas à produtividade ou ao ritmo. Ao acompanhar uma hierarquia socioprofissional, Dejours (1992) observa a existência de um aumento de morbidades e diminuição da longevidade quanto mais se desce na hierarquia. Quanto mais se desce mais rígida é a organização de trabalho e pior são as condições de trabalho.

Especificamente, a hierarquia militar pode ser compreendida enquanto um dispositivo organizador explícito das relações sociais entre militares (LEIRNER, 1997). Este princípio chave ordena e estratifica a vida militar, distribuindo socialmente posições institucionais subordinadas. Este princípio de organização e gestão da vida militar produz implicações na organização do trabalho como um todo. Segundo Leirner (1997) a hierarquia militar define-se enquanto um princípio geral de organização social ao mesmo tempo em que serve como princípio segmentador de regulação e distinção de pessoas, produzindo efeitos tanto no nível

individual quanto no coletivo. Seria assim um princípio fundamental e estruturante do mundo militar.

Esse sistema de hierarquia está para além das patentes, pois inclui elementos como o mérito e o tempo de serviço, e é através desse conjunto que se obtém uma posição na escala hierárquica, a chamada antiguidade[23]. Reforçando essa análise, Abreu (1998) destaca também a hierarquia enquanto princípio segmentador, por determinar um sistema de classificação das diferenças, essa desigualdade sustenta em si as relações de comando e obediência, na qual os indivíduos serão sempre diferenciados entre quem manda de quem obedece, mesmo pertencendo a uma mesma patente. A hierarquia militar ao promover uma configuração de fila impossibilita um estar ao lado do outro, evitando a qualquer custo que dois indivíduos sejam iguais.

Essa forma de seriação de indivíduos já foi muito bem estudada por Foucault (2007) em sua análise do poder disciplinar.

> Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (p. 125).

A disciplina caracteriza-se principalmente pela forma como ela organiza as pessoas no tempo e no espaço. Ela esquadrinha e distribui os indivíduos, de forma a permitir a vigilância e ao mesmo tempo a utilidade dos espaços. O poder disciplinar recorta e segmenta tanto ao nível espacial físico – sala, escola, quartel – quanto ao nível representacional – organizações, relações, lugares. As táticas e procedimentos da disciplina podem ser facilmente vistos nas corporações militares, onde o ordenamento da tropa regula os lugares, os movimentos, os gestos, as relações. Uma combinação de forças configura essa rede disciplinar, onde

[23] A hierarquia militar é ordenada em diferentes níveis, em postos (oficiais) e em graduações (praças). Dentro de um mesmo grau hierárquico, a precedência se dá através da antiguidade. De acordo com o artigo 17 do Estatuto dos militares das Forças Armadas "a antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data" (p.236). Em caso de empate são utilizados diversos critérios: posição nas escalas numéricas, data de nascimento, tempo de efetivo serviço, etc.

subjetividades se forjam nas técnicas de assujeitamento. Nesse sentido, o poder disciplinar conduz processos de individualização acompanhados por mecanismos de vigilância contínua. E quanto maior e complexa as funções e divisões de trabalho, maior a necessidade de fiscalização e registro.

Sabemos que a Polícia não pode ser comparada com as Forças Armadas, tendo em vista as diferenças fundamentais quanto as competências do trabalho. Em um contexto geral internacional democrático apenas a polícia está autorizada a usar a força para regular as relações nas comunidades. O trabalho policial se configura a partir dessa realidade, e compreende diversas situações, nas quais poderá ou não usar a força, como exemplo: emergência; investigação criminal; prevenção; brigas; trânsito; controle da multidão, etc (BAYLEY, 2017). Contudo, no âmbito brasileiro o emprego dessas duas forças por muito tempo esteve associado. A PMERJ é Força Auxiliar do Exército desde 1809 e possui em sua estrutura e fundamento os efeitos dessa subordinação até os dias atuais[24]. Atualmente, é visível o treinamento militarizado da Polícia e sua atuação no policiamento ostensivo cotidiano nas ruas. Percebemos a influência da militarização na organização do trabalho da Polícia militar estadual no Brasil como um todo, em vários regulamentos, assim como na divisão dos homens em suas patentes.

Ao observarmos essas duas instituições percebemos traços semelhantes com aqueles encontrados internacionalmente: é marcadamente uma categoria profissional masculina de alto risco profissional. Ao pensarmos a questão do trabalho não podemos dissociar da questão de gênero imposta. A divisão técnica e sexual do trabalho constrói o lugar do policial militar a partir de um ideal de masculinidade e virilidade. É notório que a polícia, assim como as Forças Armadas mantém um espaço quase que exclusivo de homens, existe um predomínio da população masculina nesse setor.

A partir de uma perspectiva biologicista e de dominação feminina, os homens apareceriam mais aptos para ocupar o lugar de guerreiro e as mulheres ficariam restritas as atividades reprodutivas e de cuidado. Percebemos assim a existência de um complexo de masculinidade, pautado na virilidade social, na qual subjetividades e objetividades referentes a esse ideal definiriam os atributos necessários dessa profissão. Dentro desse aspecto as estratégias de defesa passam a ser construídas a partir de um ideal de virilidade e força,

[24] Até os dias atuais são realizadas operações militares no emprego do policiamento de alguns estados brasileiros. O exemplo mais atual é no estado do Rio de Janeiro com a intervenção Federal desde fevereiro de 2018.

reprimindo o medo ou outra “fragilidade”. Para Dejours (2009) essas estratégias auxiliam que esses profissionais continuem trabalhando em meio ao alto risco e servem até no aumento da produtividade, a imposição de não adoecer ou não procurar auxílio à saúde se reforça nesse contexto.

Diante disso torna-se imprescindível questionar: quais os efeitos na saúde destes profissionais em relação aos seus sistemas hierárquicos? Seria possível afirmar que a hierarquia militar na Polícia produziria iniquidades em saúde de acordo com o lugar ocupado? Analisar a saúde do policial militar a partir dessa ótica permite apreender sobre o processo do trabalho policial, o trabalhador em si e as estratégias deste em preservar sua saúde frente às condições de trabalho, além de dar visibilidade para a organização do trabalho e os processos desencadeadores de saúde e/ou adoecimento.

Ao investigarem as condições de trabalho e de qualidade de vida dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, Minayo et al. (2008) constataram que o estresse do policial militar está intimamente relacionado à organização hierárquica, às condições de trabalho precárias, tanto objetivas quanto subjetivas, e à falta de reconhecimento. Miranda et al. (2016) recomendam que a prevenção do comportamento suicida na PMERJ ultrapasse o tratamento médico e/ou psicológico, em direção às mudanças organizacionais. Verificou-se que as ideações suicidas e as tentativas de suicídio na PMERJ estão associadas com a vivência de violência verbal e física; a insatisfação com a corporação – devido às condições precárias e a organização do trabalho; transferências de unidade sem consentimento ou aviso prévio; baixa sociabilidade e baixa confiança interpessoal, dentre outros fatores (MIRANDA, 2016).

Bezerra (2012) ao entrevistar policiais militares femininas da cidade do Rio de Janeiro constatou segundo relato das próprias policiais, que os principais fatores do estresse estariam relacionados à gestão organizacional do trabalho, mais especificamente, às relações conflituosas com superiores hierárquicos e as adversidades do ambiente de trabalho:

> A questão da hierarquia sobressai, sem sombra de dúvida, tanto em praças, quanto em oficiais, em policiais do quadro de saúde ou de unidades operacionais [...]. Receber ordens de quem não está qualificado, não ter autonomia no trabalho, sentir medo das punições e das tensões geradas pelas regras não muito claras e objetivas para ascensão profissional são características relacionadas à carreira, que aparecem em todos os grupos como fatores geradores de estresse (BEZERRA, 2012, p.84).

A partir desse raciocínio, podemos refletir sobre a possibilidade da hierarquia militar na PMERJ se constituir enquanto um dispositivo que engendra relações de poder e, por conseguinte, assimetrias de poder. Sabemos que a partir do Século XVIII, as instituições

militares se aproximaram e se identificaram com o poder das disciplinas. É necessário compreender se a hierarquia é o que viabiliza de forma discreta e sutil o poder disciplinar e como o mantém organizado nessas instituições. Alinhados com essa perspectiva, sublinhamos a hierarquia enquanto princípio fundamental da organização do trabalho na Polícia militar. Cabe assim investigar os efeitos disso nas relações de trabalho e na saúde desses policiais.

Método

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o conceito de hierarquia e sua correlação com a saúde dos policiais militares. O procedimento metodológico consistiu em um levantamento bibliográfico de artigos científicos, dissertações e teses nacionais e internacionais.

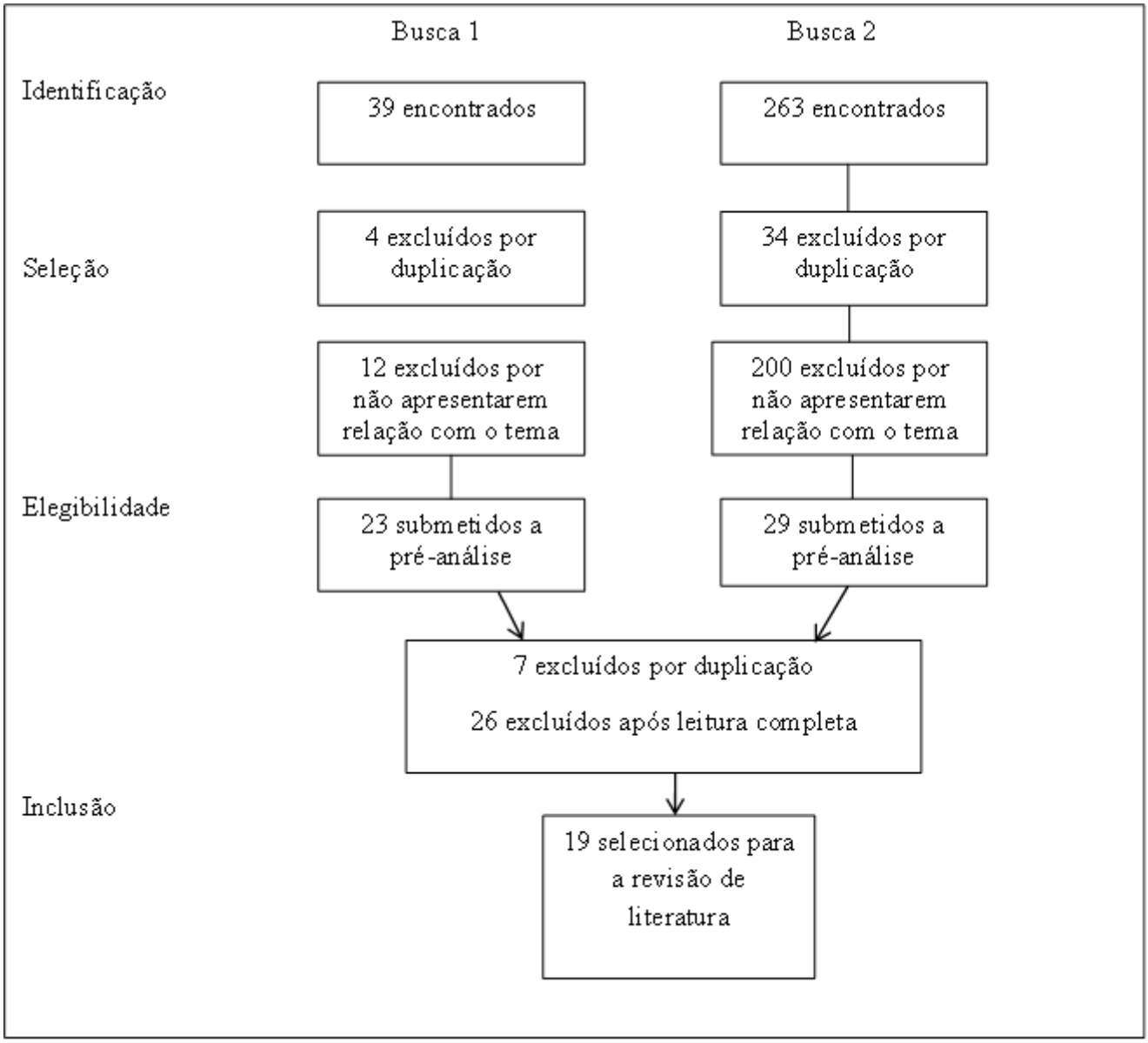
A revisão bibliográfica é relevante para organizar e ordenar os estudos a fim de apresentar as diversas perspectivas, considerações e/ou lacunas. Auxilia a contextualizar e analisar o que se encontra, problematizando a partir de um quadro teórico. Optamos por uma revisão sistemática integrativa, que através de métodos sistemáticos e planejados busca responder uma questão específica. Assim, através dessa análise e coleta de dados dos estudos selecionados é possível construir conhecimentos originais relevantes (BOTELHO et al. 2011). Partimos da seguinte pergunta norteadora: Quais os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro?

Foi realizada uma busca preliminar no dia 29 de março de 2017 com os seguintes descritores (Hierarquia OR "Hierarquia militar" OR "Organização hierárquica" OR "Cadeia de comando") AND (Policial OR "Polícia militar" OR Militarismo OR Militar OR Exército OR "Forças armadas" OR PMERJ) AND (Saúde). Foram selecionadas as seguintes bases de dados: a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), *Scopus*, *Web of Science* e PscycInfo. Nessa primeira busca pudemos observar um baixo índice de publicações no campo da saúde que discutiram as influências da hierarquia militar na saúde dos trabalhadores. Dos artigos encontrados conseguimos ter apenas 10 publicados a partir de 2007. Não foi utilizado nenhum recorte temporal.

De forma a ampliar o escopo da revisão foi realizada uma nova busca bibliográfica no dia 13 de março de 2018, dessa vez, sobre produções nacionais e internacionais. Foram utilizados os seguintes descritores na língua portuguesa: (Hierarquia OR "Hierarquia militar" OR "Uso de poder" OR "Organização hierárquica" OR "Cadeia de comando") AND (Policial

OR Polícia). Os descritores na língua inglesa foram: (Hierarchy OR "Military Hierarchy" OR "Use of Power" OR "Hierarchical Organization") AND (Police OR "Police Force" OR "Police officers"). Nesta busca optamos por restringir as buscas apenas para as forças policiais.

Quadro 1. Critérios de seleção da amostra da revisão bibliográfica.



Durante o processo de seleção foram excluídos inúmeros estudos: a) aqueles que não apresentaram qualquer correlação com o tema da hierarquia; b) ou quando utilizavam a hierarquia apenas como Método de Estatística Multivariada chamada Análise Hierárquica (Analytical Hierarchy Process). Mantivemos apenas estudos que dialogassem com a saúde dos policiais ou militares e algum aspecto da hierarquia em seu caráter organizacional.

Resultados

O quadro 2 apresenta a síntese dos 19 estudos selecionados. Consistem em 13 artigos e 6 dissertações, predominantemente brasileiros e de caráter qualitativo. Datam de 2007 à 2017. Das dissertações analisadas três são da área de psicologia, duas de saúde coletiva e uma de sociologia. Nove artigos são de revistas da área de saúde, três de psicologia e um de gestão e engenharia. A partir da revisão da literatura construímos duas categorias de análise: "Hierarquia e Saúde" e "Hierarquia e Poder".

Quadro 2. Banco de artigos: autores, ano de publicação, país, tipo de estudo, instrumentos de análises e objetivos.

Referência	Ano	País	Tipo de estudo	Instrumento	Objetivos
Abreu, Marcleydeet al.	2015	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Análise documental Entrevistas	Analisar o processo de incorporação do *habitus* militar pelas oficiais enfermeiras estagiárias durante um Estágio Probatório de adaptação de oficiais na PMERJ
Azevedo, Érika	2012	Brasil	Dissertação. Análise Qualitativa	Análise do discurso	Estudar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento das relações no trabalho que permearam o discurso de um grupo de soldados da polícia militar: como estes falaram de seu trabalho e através desta fala posicionaram-se e posicionaram sua clientela e sua hierarquia
Bezerra, Cláudia	2012	Brasil	Dissertação Análise Qualitativa	Grupos focais	Investigar como as mulheres policiais militares do Rio de Janeiro compreendem e interpretam o estresse ocupacional e suas consequências em sua vida laboral e familiar.
Cecarechi, G. e Scatolin, H.	2017	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Revisão da literatura	Identificar os fatores do ambiente de trabalho da Polícia Militar que afetam a saúde mental da polícia, definindo e demonstrando as consequências.
Da Silva, Maurivan; Vieira, Sarita	2008	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Observação livre Pesquisa documental Entrevistas	Identificar como a organização se estrutura e relacioná-la com a saúde mental. Busca contextualizar as finalidades dos serviços de segurança pública via breve histórico da polícia estadual, sua divisão e aplicabilidade frente à violência cotidiana.
De Liz, Carla Maria et al.	2014	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Pesquisa de campo comparativa Questionário	Comparar a percepção de estresse em policiais militares em função das características ocupacionais e sociodemográficas.
Hartley, T. et al.	2013	EUA	Artigo Análise Quantitativa	Estudo Transversal Escalas	Examinar as diferenças nos níveis de estresse e enfrentamento da polícia em policiais com e sem experiência militar.
Ibbetson, Paul	2011	EUA	Dissertação Análise Qualitativa	Entrevistas	Estudar chefes de polícia do Kansas sobre as ameaças emergentes nos últimos 10 anos e perguntar como e por que eles priorizam certas ameaças e não outras.
Lima, Fabíola; Blank, Vera;	2015	Brasil	Artigo Análise	Estudo descritivo de	Verificar a prevalência de Transtorno Mental e Comportamental (TMC) em

Menegon, Fabricio			quantitativa	corte transversal	Policiais Militares em Licença para Tratamento de Saúde (LTS), da região metropolitana de Florianópolis
Martins, L C X; Lopes, C S	2012	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Estudo transversal do tipo censitário	Avaliar a prevalência de transtornos mentais comuns e estresse no trabalho, bem como a associação entre os dois, entre militares em tempo de paz. Identificar subgrupos ocupacionais com maior prevalência de transtornos.
Mecone, Marcia; Freitas, Genival; Bonini, Barbara	2015	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Análise documental	Identificar e analisar os enunciados discursivos que caracterizam a formação de RH em enfermagem na década de 1940 pela Cruz Vermelha Brasileira
Morrell, Catherine	2012	EUA	Dissertação Análise Quantitativa	Dados secundários	Investigar se existe uma relação entre hierarquia, controle e nível de estresse (cortisol salivar).
Rodrigues, Leandro; Nascimento, Thiago; Neiva, Elaine	2014	Brasil	Artigo Análise Quantitativa	Questionários Análise estatística	Descrever e testar a relação entre os valores organizacionais e as atitudes dos indivíduos frente à mudança por meio de instrumentos validadospsicometricamente.
Santos, Marina Lery; Rocha-Coutinho, Maria Lúcia	2010	Brasil	Artigo Análise Qualitativa	Entrevistas	Investigar como elas vivenciam a experiência de uma carreira até então vedada a mulheres, como percebem a hierarquia e as relações de poder típicas dessa carreira, e quais os seus projetos profissionais e pessoais para o futuro.
Silva, Joana	2009	Brasil	Dissertação	Revisão da literatura	Realizar um levantamento da produção científica com temática relacionada à atividade do policial militar, bem como verificar e detalhar a incidência de estudos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial, o sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador.
Silva, Marlene; Santana, Vilma; Dourado, Inês	2007	Brasil	Artigo Análise Quantitativa	Estudo de mortalidade proporcional Dados secundários Análise estatística	Descrever a mortalidade proporcional por AIDS associada aos fatores ocupacionais na Marinha do Brasil
Silva, Natália	2015	Brasil	Dissertação	Revisão da literatura	Analisar a bibliografia produzida na área de Saúde Pública sobre a relação entre os aspectos institucionais da organização policial militar, a produção de subjetividade e a saúde mental, buscando identificar se os policiaisrelacionam as características da organização militar ao adoecimento psíquico.
Violanti, John.	2009	EUA	Artigo Análise Quantitativa	Estudo de mortalidade proporcional Dados secundários Análise estatística	Examinar as taxas nacionais de suicídio da polícia, comparar suicídios policiais com bombeiros e militares, e examinar o suicídio em mulheres e oficiais de minorias.
Viotti, S	2016	Itália	Artigo	Entrevistas	Identificar os fatores relacionados ao

			Análise Qualitativa	Análise de Template	trabalho e compreender como eles afetam negativamente a saúde psicológica dos Oficiais Correcionais no sistema penal italiano.

Hierarquia e Saúde

Observamos primeiramente que dos 19 estudos selecionados, 12 apontam correlação da organização do trabalho da esfera militar ou policial com algum impacto na saúde de seus profissionais. Da Silva e Vieira (2008), Silva (2009) e Silva (2015) destacam a organização do trabalho e as condições precárias como produtoras de danos na saúde mental e na eficiência dos serviços prestados. Bezerra, 2012; De Liz et al., 2014; Martins, Lopes, 2012; Morrel, 2012; Silva, 2015; Violanti, 2010; Viotti, 2016 apresentam o ambiente de trabalho policial e/ou militar como fonte propiciadora de estresse. Bezerra (2012) e De Liz et al. (2014) apontam a origem do estresse na questão gerencial e organizacional do trabalho, independente do seu lugar enquanto praça ou oficial. Martins e Lopes (2012) associam o ambiente militar como fonte de estresse e consequentemente com o desenvolvimento de transtornos mentais, no qual um terço dos indivíduos avaliados apresentou algum grau de transtorno mental. Bezerra (2012), notadamente, apresenta a hierarquia como o fator mais citado pelas policiais (praças e oficiais) entrevistadas como gerador de estresse.

Assim, determinadas publicações (Abreu et al, 2015; Bezerra, 2012; Cecarechi, Scatolani, 2017; Da Silva, Vieira, 2008; Lima et al., 2015; Martins, Lopes, 2012; Morrel, 2012; Silva, 2015; Viotti, 2016) revelam especificamente a hierarquia enquanto possível impacto na saúde de seus profissionais. Cecarechi e Scatolani (2017) identificam na hierarquia e na cultura organizacional como sendo fatores colaboradores no desencadeamento de adoecimento psíquico de policiais militares. Destacam como consequências agravantes o desânimo, o estresse, o *burnout*, a depressão e até mesmo o suicídio. Lima et al. (2015) verificaram associação positiva da hierarquia no desenvolvimento de transtorno mental e comportamental, com maior afastamento de praças, sendo os oficiais com maior chance de desenvolvê-los. Morrel (2012) tentou investigar a relação entre hierarquia, controle e nível do estresse a partir de análises de cortisol salivar, a hipótese de quanto mais inferior na escala hierárquica maior o risco de estresse não foi comprovado.

Contudo, Silva et al. (2007) encontraram maior prevalência de óbitos por AIDS entre jovens militares de baixa patente e discute a possibilidade das relações de poder afetarem a

negociação sexual em instituições militares. Viotti (2016) em sua pesquisa na Itália encontrou em apenas cinco oficiais dos 28 pesquisados alguma correlação entre a hierarquia e o estresse, entretanto afirma que as condições em que se deram a pesquisa podem ter sido subnotificadas, uma vez que as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho e tinham como intermediário entre pesquisador e pesquisado um superintendente. Abreu et al. (2015) compreende a hierarquia como um dos componentes do *habitus* militar a ser desenvolvido nessas instituições, e sua incorporação acontece de forma heterogênea, de acordo com cada indivíduo, mas observou grande desgaste psicológico e físico para construir essa nova posição social.

De modo geral, Da Silva, Vieira, 2008; Azevedo, 2012; De Liz et al.,2014; Martin, Lopes, 2012; Silva, 2009 afirmam a existência de poucas publicações sobre a saúde policial, reforçando a percepção deste ser um campo novo de estudo.

Hierarquia e Relações de Poder

Algumas publicações trouxeram correlação com a concepção de poder. Cecarechi e Scatolani, (2017) analisaram a Polícia Militar envolta sempre em relações de poder. Silva et al. (2007) discutem a possibilidade das relações hierárquicas de poder e dominação influenciarem a negociação sexual, pois acreditam que a hierarquia teria um importante papel no comportamento sexual nas instituições militares, mas seria necessário o aprofundamento em mais estudos. Esses artigos nos levam a refletir sobre os efeitos das relações hierárquicas, associando-as ao engendramento de relações de poder. Dentro das hierarquias de poder, observamos a existência da discussão sobre o gênero, compreendendo que as relações de gênero implicam em relações de poder, uma vez que o gênero é um dos elementos que dá significado a essas relações, visibilizando as construções histórico sociais de uma dada sociedade (ALMEIDA, 2011).

Dentro dos estudos analisados, destacamos em Bezerra (2012), Mecone et al.(2015) e Santos e Rocha-Coutinho (2010) a citação a respeito da divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata e Kergoat[25] (2007), estudiosas da questão do gênero, essa forma de divisão produz desigualdades no mercado de trabalho e doméstico entre homens e mulheres, uma vez que

[25] Para mais informações ver Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa. 2007;37(132):595–609.

reduz as práticas sociais aos papéis sexuais. De forma resumida, a divisão sexual do trabalho opera a partir de dois princípios, um de separação, segundo o qual existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos, e outro princípio de hierarquização, no qual trabalhos masculinos valem mais que os femininos, e, portanto, são mais valorizados. Nessa perspectiva,

> a causa da subordinação feminina estaria relacionada à atribuição simbólica de que esta está associada à natureza, enquanto o homem é ligado simbolicamente à esfera pública. (...) Quando as mulheres "invadem" o ambiente público, elas podem vir a sofrer processos discriminatórios, pois as mesmas posições dos homens no espaço público podem acarretar uma distribuição desigual de recursos, estes entendidos como poder, prestígio e *status*" (MECONE et al., 2015 p.64).

Ibbetson (2012) de forma sucinta cita as dificuldades das chefes de polícia feminina ao ocuparem lugares de autoridade, sendo desafiador provar que possuíam as habilidades necessárias para o cargo. Santos e Rocha-Coutinho (2010) reforçam a existência da divisão sexual do trabalho, quando percebe diferenciações de funções e tratamentos atribuídas a mulheres no mesmo cargo que outros homens. Contudo, afirmam que as oficiais entrevistadas acreditavam que a hierarquia interferia positivamente na questão de gênero, uma vez que tornava as mulheres igualitárias aos homens do mesmo posto, por exemplo, em relação ao salário. De todas as publicações analisadas este foi o único fator positivo de impacto na vida desses profissionais. A equiparação salarial entre homens e mulheres dentro dessa categoria é vislumbrada enquanto distribuição igualitária de direitos. Vale destacar que as entrevistadas dessa pesquisa estavam todas em curso de formação, ocupando assim o lugar de alunas na corporação. Diferentemente, Bezerra (2012) ao entrevistar policiais femininas observa a existência da discriminação de gênero, do assédio sexual e moral na instituição da polícia militar. Nesse estudo as relações hierárquicas aparecem junto com o preconceito de gênero como fatores geradores do estresse. A autora traz um dado importante: a entrada de mulheres na PMERJ se deu apenas em 1980, no ano da pesquisa em 2011 só existiam 4 mulheres ocupando o último posto (coronel *full*). O acesso à promoção igualitária entre homens e mulheres só foi possível a partir de 1993 com uma lei que unificou os quadros, permitindo assim as mulheres ocuparem todos os postos.

Discussão

Diante de um cenário no qual estudos sobre a saúde policial são raros, aqueles encontrados podem sinalizar alguns caminhos a percorrer. Os poucos estudos desta revisão de

literatura levantam mais questionamentos e problematizações do que certezas. Em resposta a questão norteadora acerca dos impactos na saúde dos policiais, conseguimos delinear a hierarquia enquanto um fator colaborador na emergência de sofrimento e implicações na saúde. De maneira geral, ela é vista como um elemento dentro da organização do trabalho militarizado, não ocupando centralidade nas discussões. Dentre as publicações analisadas que afirmavam a existência de algum impacto na saúde, verificou-se uma predominância de pesquisas acerca de sintomas psicológicos. Não se estabeleceu uma relação direta das relações hierárquicas com o adoecimento dos policiais, mas foram descritas diversas formas de adoecimento, como o estresse e o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais desta categoria profissional frente sua organização do trabalho.

Dessa forma, encontramos grande ressonância com as leituras em saúde do trabalhador/a, na qual indicam os efeitos da organização do trabalho na saúde. Diante de uma instituição que possui em média um efetivo de 46 mil[26] policiais organizados em mais de 43 mil quilômetros de área percebemos o tamanho do desafio. Quanto maior e mais complexa uma organização, maior o intervalo entre a atividade prescrita e a proscrita. E diante de condições coercitivas a organização informal tende a ser predominante e influente (MONJARDET, 2003). Da mesma forma, a Psicodinâmica do Trabalho se utiliza de dois conceitos fundamentais da ergonomia: trabalho prescrito e trabalho real (MERLO, 2002). O trabalho prescrito está vinculado às regras e aos objetivos postos pela organização do trabalho, enquanto que o trabalho real é aquilo que de fato é feito, são os ajustes do trabalhador. Existe e sempre existirá uma diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. O que se agrega a essa prescrição é o que denominamos como trabalho. Toda organização do trabalho tem dois lados, um formal, com a estrutura, as normativas e os protocolos e um informal, que seria uma adaptação dos trabalhadores a essas regras (DEJOURS, 19992).

Nessa perspectiva interagem de forma complexa a rigidez da organização do trabalho – e suas prescrições hierárquicas – com as demandas imprevistas e situações inusitadas do serviço. Observamos então, uma grande distância entre a prática do serviço e o seu discurso. Não podemos negar o ambiente rígido marcado pela hierarquia e disciplina e as vigilâncias decorrentes a isso, no entanto é importante destacar que o policial possui grande autonomia e, por conseguinte responsabilidade. Podemos fazer uma comparação com o operário, pois todo

[26] Efetivo da PMERJ descrito na matéria do dia 23 de fevereiro de 2018 por Rogério Pagnan e Daniel Mariani https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/apos-promocoes-sem-concurso-pm-do-rio-tem-mais-chefes-que-soldados.shtml

seu trabalho é marcado pelo controle de suas ações, ritmo, tempo e uso de materiais. Diferentemente, "o trabalho policial não procede de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, pelos próprios interessados, de suas atividades. Por esse motivo, são os mecanismos desse processo de seleção que são os principais determinantes da definição, da organização, e da análise do trabalho policial." (MONJARDET, 2003, p.45) Essa seleção acontece em meio a diversos fatores, formais ou clandestinos.

Entretanto encontramos também semelhanças do trabalho policial com o trabalho operário clássico. No sistema taylorista ao construir inúmeras divisões entre os homens dilui as diferenças, e individualiza até mesmo em seu sofrimento. Essa individualização ao mesmo tempo em que uniformiza fraciona o coletivo, desenvolvendo defesas individuais e não mais coletivas. Criam-se corpos dóceis. A docilidade consiste em anular as resistências do trabalhador, para que espontaneamente se sujeite à exploração (DEJOURS, 1992). Estamos aqui diante das relações de poder que investem os corpos, não apenas no sentido repressor e violento, mas também de forma produtiva (FOUCAULT, 2007). Produzem formas de estar no mundo, modos de existência. Essa nova tecnologia de poder sobre o corpo se dá a partir de técnicas de vigilância e coação. Tais procedimentos fabricam subjetividades e constroem saberes – inclusive técnicos, científicos e policiais.

Encontramos assim, de forma geral uma organização do trabalho como veículo da vontade do outro. Muniz (1999) em sua etnografia sobre a PMERJ afirma que o "militarismo" teria a função de fortalecer a cadeia de comando e controle, mas que acabou na maior parte das vezes produzindo o efeito inverso, pois o excesso de verticalização comprometeria a dinâmica de trabalho de pronto-emprego assim como o fluxo de comunicação.

É importante compreender que as relações de trabalho, especificamente as relações hierárquicas, criadas pela organização do trabalho, são consideradas por Dejours (1992) fonte de grande ansiedade e desigualdade na divisão do trabalho. "Não podemos considerar como epifenômeno ou como questão acessória a discriminação que opera a hierarquia com relação aos trabalhadores. Ela faz parte integrante das táticas de comando" (ibdem, p.75). Diferentemente de uma linha de montagem em uma fábrica o tempo e o ritmo do trabalho podem ser controlados pela atmosfera criada, ameaças, medo, rivalidade, suspeitas e discriminação.

No ano de 2016 a PMERJ concedeu 1398 licenças psiquiátricas[27]. O estresse e a depressão estavam entre as principais causas do afastamento. Esse número não contabiliza todos os policias que estão em tratamento psicológico ou psiquiátrico, visto que existe uma grande parcela que trabalha internamente, realizando atividade meio. Poncioni (2005) ao analisar os currículos da formação e treinamento dos policiais militares do Rio constatou que a hierarquia militar presente distingue o "fazer profissional", separando ambientes e funções, cindindo o planejamento da execução. No caso da PMERJ, os oficiais são responsáveis pelo planejamento e as praças por executar. Através da análise dos currículos demonstrou-se uma diferença brutal na formação das praças e dos oficiais, tanto relacionada à carga horária quanto aos conteúdos programáticos. Um oficial leva no mínimo três anos em esquema de internato para sair como aspirante, enquanto uma praça se forma em menos de um ano.

Todos esses fenômenos podem vir a se constituir como fonte de sofrimento no trabalho, e o próprio sofrimento pode servir de combustível no aumento da produtividade, ao conduzir condicionamentos em prol da organização do trabalho: "[...] ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo. O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos." (DEJOURS, 1992, p.102) Assim, observamos instrumentos de controle social e de produtividade articulados as relações hierárquicas que combinam formas de fazer trabalhar, em tempo e ritmo otimizados.

A organização do trabalho militar, de máxima eficiência com menor tempo de resposta, fabrica uma identidade policial que se distancia de uma perspectiva de trabalhador, se aproximando mais de uma concepção de "soldado-guerreiro". Essa identidade funcional pautada na virilidade masculina se absolutiza produzindo efeitos tanto nas ações e/ou missões policiais, quanto na organização do trabalho. As férias de um policial militar podem ser suspensas ou interrompidas se houver necessidade do serviço. Em caso de necessidade de serviço um policial deverá cumprir turnos de trabalho mesmo em sua folga. Não é permitido se manifestar coletivamente, fazer greve, nem ter um sindicato para representação da categoria. Toda essa configuração distancia a percepção de que um policial militar é um trabalhador, especificamente, um servidor público brasileiro.

Nessa perspectiva, esse modelo policial desenvolve a base das relações de trabalho desses profissionais de Segurança Pública, da mesma forma que conduzem suas intervenções,

[27] Matéria do Globo de 31 de janeiro de 2017 por Caio Barretto Briso, Elenilce Bottari e Júlia Amin https://oglobo.globo.com/rio/em-apenas-um-ano-pm-concedeu-1398-licencas-psiquiatricas-20847028#ixzz4yG4CH3gA

eles são também construídos e assujeitados por essas práticas. Constatam-se, assim, práticas hierárquicas de imposição e punição que começam desde a formação e acompanham a vida militar desses policiais, conduzindo uma cultura policial em que vigora a necessidade de submissão, produzindo, dessa maneira, mecanismos de vigilância generalizados e adoecimentos em grande escala. Ao mesmo tempo reforça os padrões de masculinidade e virilidade presentes em nossa sociedade, onde os homens precisam suportar todo e qualquer tipo de pressão sem desmoronar. Com uma hierarquia que se pretende masculina podemos imaginar os efeitos simbólicos e opressivos que operam nessas relações de trabalho e saúde. Resta agora olharmos mais atentamente a centralidade dessa questão para em futuros estudos avaliarmos o quanto isso pode promover inequidades em saúde assim como adoecimentos.

Conclusão

Em síntese, percebemos a hierarquia enquanto elemento importante para compreender as relações de trabalho e os efeitos dessa arquitetura organizacional na saúde dos policias. Ao esclarecer os dispositivos hierárquicos podemos assimilar melhor essa organização do trabalho e suas especificidades. Vale salientar a importância de futuros estudos que avaliem na perspectiva do policial as implicações dessa configuração e as distribuições assimétricas de poder. Sugerimos fortemente ampliar a análise da questão de gênero nessa perspectiva, uma vez já visualizarmos algumas conexões. Novas pesquisas podem auxiliar a pensar em mecanismos de proteção a saúde ao nível individual e institucional.

Todas as inciativas em estudo sobre a saúde do policial militar são bem vindas e têm muito a contribuir na construção de políticas de saúde para essa categoria. Incluir o policial na perspectiva de trabalhador significa conferir direitos e responsabilidades. O campo da saúde coletiva, e em especial a saúde do trabalhador, ao investirem em estudos que tragam o ponto de vista do policial são fundamentais para dar voz a toda uma categoria nem sempre vista enquanto profissional e impossibilitada de se manifestar. A existência de novas pesquisas articuladas entre o meio acadêmico e a instituição policial/militar podem vir a auxiliar na compreensão da complexidade dessas organizações do trabalho, vindo a aprimorar políticas de saúde assim como políticas de segurança pública.

Referências bibliográficas:

ABREU, L. Meia volta volver - um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. **Rev. Antropol**., São Paulo, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477011998000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11.08.2017

ABREU, M. S. de A., HADDAD, V. C. DO N., COSTA, L. DE M. C., TEIXEIRA, K. R. B., PERES, M. A. DE A., & SANTOS, T. C. F. Primeiras oficiais enfermeiras da polícia militar do estado do Rio de Janeiro (1994-1995): incorporação do habitus militar. Esc. Anna Nery Rev. Enferm, 19(4), 535–541. 2015. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000400535

ALBUQUERQUE, C.; MACHADO, E. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237.

ALMEIDA, J. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. Série-Estudos: Campo Grande/MS, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011.

AZEVEDO, E. F. de. O soldado policial militar e suas polícias: sua clientela e sua hierarquia. 2012. Retrieved from http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-11092012-154122/publico/azevedo_me.pdf

BAYLEY, D. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BEZERRA, C. Estresse ocupacional auto atribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado). FIOCRUZ/ENSP, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei 6880 de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos militares. In: Lazzarini, A. (org). Código penal militar, Código de processo penal militar, Estatuto dos Militares, Constituição Federal, Legislação penal, Processual penal e Administrativa militar. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011.

BRISO, C.; BOTTARI, E.; AMIN, J. Em apenas um ano, PM concedeu 1.398 licenças psiquiátricas. O Globo, Rio de Janeiro, 31 jan. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/em-apenas-um-ano-pm-concedeu-1398-licencas-psiquiatricas-20847028#ixzz4yG4CH3gA

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e sociedade. Belo Horizonte, vol. 5, n. 11, Maio/agosto 2011, p. 121-136.

CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Orgs). Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

CECARECHI, G., & SCATOLIN, H. G.The fine line between combat violence and psychological distress: The working environment of the Military Police and mental health. Espacios, 38(8), 28. 2017. Retrieved from https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85013917979%7B&%7DpartnerID=40%7B&%7Dmd5=8f78bfd46c2bb8e3e9557e302aaa45b6

DA SILVA, M. B., VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saude e Sociedade, 17(4), 161–170. 2008. https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016

DE LIZ, C. M., CIRIMBELLI DA SILVA, L., ARAB, C., DA SILVEIRA VIANA, M., BRANDT, R., ITIBERE CUNHA VASCONCELLOS, D., & ANDRADE, A. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. Revista Cubana de Medicina Militar, 43(4), 467–480. 2014. Retrievedfromhttp://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0138-65572014000400007&lang=pt

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Trabajo y violência. Madri: Modus Laborandi, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 34º ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HARTLEY, T. A., VIOLANTI, J. M., MNATSAKANOVA, A., ANDREW, M. E., & BURCHFIEL, C. M. (2013).Military experience and levels of stress and coping in police officers. Int J EmergMent Health, 15(4), 229–239. Retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4734366/?tool=pubmed

HIRATA H, KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa. 2007;37(132):595–609.

IBBETSON, P. A. Changing public threats and police priorities: How police chiefs respond to emerging threats. ProQuestInformation& Learning, US, 2012

LEIRNER, P. Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

LIMA, F. P. DE, BLANK, V. L. G., & MENEGON, F. A. (2015). Prevalência de transtorno mental e comportamental em policias militares/SC, em licença para tratamento de saúde. Psicol.ciênc. prof, 35(3), 824–840. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300824&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

MARTINS, L. C. X., & LOPES, C. S. Military hierarchy, job stress and mental health in peacetime. Occupational Medicine (Oxford, England), 62(3), 182–187. 2012 https://doi.org/10.1093/occmed/kqs006

MECONE, M. C. DA C., DE FREITAS, G. F., & BONINI, B. B. Formação em Enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira na década de 1940: uma abordagem Foucaultiana. Revista Da Escola de Enfermagem Da USP, 49(spe2), 60–67. 2015 https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000800009

MERLO, A. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, M.; CODO, W. (orgs.) **Saúde Mental & Trabalho: leituras.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M.; SOUZA, E.; CONSTANTINO, P. (coord.). Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MIRANDA, D. (org). Por que policias se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MONJARDET, D. O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MORRELL, C. M. Salivary cortisol, rank, and perceived control among law enforcement personnel.ProQuestInformation& Learning, US, 2012

MUNIZ, J. **"Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser": cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** 1999. 289p. Tese (doutorado) – Ciência Política/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

PAGNAN, R.; MARIANI, D. Após promoções sem concurso, PM do Rio tem mais chefes que soldados: Distorção agrava improvisos na segurança e buraco nas contas. Folha de São Paulo, São Paulo e Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/apos-promocoes-sem-concurso-pm-do-rio-tem-mais-chefes-que-soldados.shtml

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005

RODRIGUES, L. G., NASCIMENTO, T. G., & NEIVA, E. R. Valores organizacionais e atitudes frente à mudança: o caso da polícia militar do Distrito Federal. Psicol.ciênc. prof, 34(3), 574–591. 2014. Retrieved from http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n3/1982-3703-pcp-34-03-0574.pdf

SANTOS, M. M. L., & ROCHA-COUTINHO, M. L. Mulheres na Força Aérea Brasileira: Um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. Estudos de Psicologia. Brazil: Estudos de Psicologia UFRN. 2010 https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300005

SILVA, J. H. R. DA. Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental.2009. Retrieved from http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04122009-112509/publico/JoanaHRSilva.pdf

SILVA, M., SANTANA, V., & DOURADO, I. Militaryrankand AIDS proportionatemortality in theBrazilianNavy TT- Hierarquia militar e mortalidade proporcional por AIDS na Marinha do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 23(2), 419–426. 2007.https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200018

SILVA, N. N. DA. Organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental: uma revisão de literatura. Escola Nacional de Saúde Pública, 2015.Retrievedfromhttps://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12971

VIOLANTI, J. M. Police suicide: a national comparison with fire-fighter and military personnel, Policing: An International Journal of Police Strategies & Management, Vol. 33 Iss 2 pp. 270 – 286. 2010. Permanent link to this document: http://dx.doi.org/10.1108/13639511011044885

VIOTTI, S. Work-related stress among correctional officers: A qualitative study. Work, 53(4), 871–884. 2016. https://doi.org/10.3233/WOR-152238

5. Discussão

A preocupação com a saúde dos trabalhadores é um tema relativamente recente. Passa a ter visibilidade a partir das reivindicações por melhoria das condições de trabalho pelas categorias profissionais. Segundo Dejours (1992) "a evolução das condições de vida e de trabalho e, portanto, de saúde dos trabalhadores não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações operárias em geral" (p.13). O século XIX na Europa foi cenário de inúmeras destas lutas e reivindicações, a principal delas era a busca por redução da jornada de trabalho. No final do XIX e início do século XX algumas conquistas importantes aconteceram, como a jornada de 8 horas, a lei sobre acidente de trabalho e a aposentadoria. Assim, novas legislações em busca de minimizar os riscos ao trabalhador foram atingidas. Ao longo dos anos as reivindicações se modificaram e passaram a abarcar a luta pela saúde e por melhores condições de trabalho.

Nesse ínterim, é inaugurada a organização científica do trabalho (OCT). Com esse sistema de trabalho taylorista a nova organização do trabalho passa a dissociar radicalmente a atividade mental da manual. O corpo passa a ser ponto de impacto, dócil e explorado. O operário chega com seus gestuais e comportamentos próprios e adquire uma padronização a partir de uma anulação de si, dos seus desejos e seus comportamentos livres. A OCT de Taylor encontra como estratégia para manutenção do gestual produtivo operário a fiscalização, a vigilância, o fracionamento e a rigidez. Marcada pela divisão do modo operatório, concebe a divisão entre execução e concepção; assim como amplia a divisão das tarefas e dos homens, criando uma nova hierarquia, com mais níveis hierárquicos. Dessa forma, passam a ser confrontados um por um, sem diferença, mas individualizados, sem tarefa comum ou obra coletiva, com repetitividade, monotonia e uniformização. Todos esses elementos passam a influenciar o trabalhador retirando aos poucos o próprio sentido do trabalho (DEJOURS, 1992).

Com o tempo novos processos de trabalho surgem, como exemplo o setor de serviços, que vem demonstrar que mesmo com menos carga física permanece o sofrimento no trabalho. O que permite criar uma nova problemática: a relação do homem com sua tarefa e os efeitos na saúde mental. Assim, as novas configurações do trabalho lançam luz sobre os conflitos do trabalhador com a própria organização do trabalho.

Para Dejours (1992) o sofrimento mental é desencadeado pela organização e condições de trabalho, através das influências da divisão de tarefas e da divisão de homens sobre o trabalhador. Os trabalhos no setor de serviços, como é o caso da polícia, também encontram outras formas para manter o comando, o tempo e o ritmo de trabalho ficam mais difíceis de serem impostos, para isso são utilizadas algumas estratégias: manipulações psicológicas, sensações de culpa ou vergonha, rivalidades e discriminação auxiliam no controle e supervisão. A atmosfera de suspeição e rivalidade entra no lugar do cronômetro da fábrica. Esse contexto afeta diretamente as relações psico-afetivas entre os trabalhadores e por consequência o equilíbrio mental. Contudo dependendo do grau de satisfação ou motivação, os medos ou ansiedades são contrabalanceados, podendo assim esse ambiente ser tolerado. Inclusive, em algumas organizações do trabalho, o medo e a insatisfação servem como engrenagem para manter a produtividade. As próprias tensões e agressividades geradas pelo controle e conteúdo de tarefas são aproveitadas para incrementar a produção. Essa energia agressiva pode voltar contra si mesmo, assim o sofrimento acaba sendo matéria para produção do trabalho e aumento do ritmo (DEJOURS, 2009).

Nessa dissertação escolhemos dar destaque à divisão de homens na organização do trabalho policial militar, especificamente, a hierarquia e seus impactos na saúde. Apontada por Dejours (1992) como fenômeno importante por criar processos discriminatórios, a relação hierárquica é vista como fonte de grande ansiedade no trabalho. Contudo, evidenciamos em nossa pesquisa a baixa produção em literatura sobre o tema. Encontrar autores que discutam a relação entre hierarquia e saúde foi de grande dificuldade, o que nos permite apontar a limitação no presente estudo. Ao mesmo tempo acreditamos na potência da pesquisa ao reforçar o valor da hierarquia enquanto elemento fundamental nas análises de estudo entre saúde e trabalho. No artigo 2 observamos alguns apontamentos sobre a Hierarquia enquanto fator colaborador na emergência de sofrimento e implicações na saúde. Mas o que esteve mais claro, sem dúvida, foi o impacto da organização do trabalho como um todo na saúde dos profissionais.

5.1 Uma tentativa de síntese: Afinal, quais os impactos da hierarquia?

Mesmo diante de poucos estudos sobre o tema gostaríamos de desenvolver uma síntese com algumas questões que achamos interessante aprimorar em futuras análises.

a. Desconhecimento.

O primeiro ponto a ser destacado diz sobre a falta de estudos sobre o tema e consequentemente o uso indevido ou inadequado do conceito pelo campo da saúde. Seja por aversão ou falta de conhecimento, observamos a apropriação deste sem embasamento teórico ou conhecimento empírico, o que ocasionou a reprodução de discursos advindos do senso comum. A associação da hierarquia com a rigidez aparece sem qualquer justificativa ou embasamento, é escrita como um dado natural e óbvio, sem ser esclarecido ou discutido. Como diria Dumont (1985), o homem moderno desconhece a hierarquia, pois ele não a vê, não consegue reconhecer. A ausência de uma apropriação adequada da hierarquia pelas pesquisas em saúde acaba por invisibilizar os efeitos desse fenômeno sobre os profissionais. Colocar sobre a hierarquia o estatuto de rigidez, sem antes investigar, aprisiona também as análises do/a pesquisador/a.

Os dois estudos analisados que buscaram aprofundar a compreensão sobre a hierarquia destacaram seu caráter central nas pesquisas realizadas. Bezerra (2012) destacou a como principal determinante na divisão de trabalho, impactando assim, a construção do status e as relações de subordinação. E Rodrigues et al. (2014) definiu a hierarquia enquanto elemento fundamental na compreensão da identidade militar e no mapeamento das relações dentro da instituição. Da mesma forma, Leirner (1997) em sua etnografia com militares também reforça o papel chave da hierarquia enquanto princípio de organização e regulação da vida militar, servindo assim aos pesquisadores nativos como ponte para compreensão das particularidades desse campo. O desconhecimento sobre a hierarquia só tem então a prejudicar o seu próprio entendimento, produzindo assim, incompreensões e equívocos. Negligenciar um referencial teórico adequado sobre os dispositivos hierárquicos esvazia as discussões e atrapalha a apreensão da organização do trabalho como um todo e suas especificidades.

b. “[...] ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo. O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos.” (DEJOURS, 1992, p.102)

Vimos ao longo do texto que a hierarquia militar além de ser um princípio legal institucional, regula as relações de trabalho, as formas de socialização e de divisão de tarefas. Quando ampliamos as análises para a hierarquia em qualquer outro ambiente de trabalho encontramos a associação do sistema hierárquico com a produção de discriminação (DEJOURS, 1992). Esse processo segundo o autor permite sedimentar divisões de trabalho desiguais, essa desigualdade na divisão do trabalho pode servir como técnica de comando, criando rivalidades e suspeição entre os trabalhadores e assegurando poder as chefias. Nessa realidade podemos observar repreensões e favoritismos de maneira a corroer o coletivo dos trabalhadores. Dejours (1992) também correlaciona as relações hierárquicas tanto da indústria quanto do setor terciário com a produção de ansiedade em via de manter a produtividade sempre constante. Observamos, em nossa revisão de literatura, que alguns estudos mencionaram essa correlação, a hierarquia serviria como um fator colaborador no adoecimento dos trabalhadores. De forma geral, sugere-se que a organização do trabalho policial militar, devido a suas especificidades, carregaria em si a potencialidade de causar dano a saúde de seus trabalhadores, como por exemplo o estresse.

Ademais, o sofrimento e as defesas do trabalhador desenvolvidos na esfera do trabalho acabam sendo aproveitadas na manutenção da produtividade e até como instrumento de controle social. Por exemplo, “a frustração e a agressividade resultantes, assim como a tensão e o nervosismo, são utilizadas especificamente para aumentar o ritmo de trabalho.” (p.104). Diante dessa perspectiva podemos perceber a fabricação de um modo de ser do trabalhador, um indivíduo treinado que passa a fornecer energia produtiva contínua sem resistir. Essa forma de fabricação foi chamada por Dejours (1992) e Foucault (2007) de docilização, diminuindo as possibilidades de transgressão e aumentando a capacidade de produção: corpos dóceis e úteis, efeitos do poder disciplinar.

Processos disciplinares existem há muitos séculos, por exemplo nos conventos e no Exército, mas se transformam em forças hegemônicas na Modernidade, se espalhando por todo o tecido social durante os séculos XVII e XVIII. (FOUCAULT, 2007). Essas formas de assujeitamento e subordinação são construídas a partir das relações de poder, estas são

imanentes a relações de troca onde produzem efeitos de desigualdade e desequilíbrio. O poder disciplinar consiste no controle minucioso dos corpos, toma os indivíduos como objetos, "a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos" (FOUCAULT, 1999, p.291).

c. Hierarquia: O conjunto e as partes

A hierarquia existe em diversos sistemas sociais, ela se dá de diferentes formas e com representações variadas. A Igreja Católica utilizou esse conceito na construção de escalonamentos eclesiásticos, esse modelo administrativo foi incorporado às forças militares e estatais no fim da Idade Média (LEIRNER, 2003). Na cultura indiana a hierarquia organizava as relações entre a sociedade e o indivíduo a partir de princípios de pureza e impureza, localizando assim lugares sociais e valores diferenciados.

Pensar as relações entre partes e totalidade é fundamental. A parte só pode ser compreendida em referência ao todo, ao global. Assim, se partirmos da ideia que a hierarquia só pode ser compreendida em referência ao todo, ao seu entorno e seus princípios, podemos tentar revelar as linhas que a compõem: uma hierarquia com gênese no ocidente, formada por elementos heterogêneos: militar, policial, brasileiro e masculino. Esses condicionantes não são os únicos a compor essa rede, mas os que mais ganharam destaque nessa pesquisa. A ausência de estudos que incluíssem a dimensão de raça (cor) e classe social nos chamou a atenção, talvez remeta a uma própria negação da realidade brasileira, visto que uma grande parcela dos policiais militares no Brasil são negros oriundos de famílias pobres, e a maior parte dos mortos pela polícia são também negros e pobres. A invisibilidade do tema nos estudos encontrados talvez seja reflexo desse paradoxo, que dificilmente encontra espaço em discussões internas na corporação, configurando assim uma cegueira frente a temática do racismo e de classe social (RAMOS, MUSUMECI, 2004).

Ademais, nossa realidade em termos de segurança pública carece ainda de inúmeras reformas e definições, com um sistema de segurança público deficitário onde vemos indefinições de competências das policias brasileiras, ausência de definição de mandato policial, ausência de procedimentos operacionais, falta de legislações e regulamentos atualizados que protejam os direitos dos policiais. Enfim, a falta de uma

institucionalidade somada à inexistência de uma configuração em conjunto, a hierarquia pode acabar servindo para manter vontades individuais e servir a uma pessoa. Assim, ao perdermos qualquer referencial de totalidade e permanecermos em uma cultura informal e improvisada, deixamos ao alcance relações autoritárias e não relações de autoridade. Em meio as relações de poder criam-se temores para conseguir sujeição e não obediência.

O excesso de verticalização observado com as muitas patentes na Polícia Militar brasileira, demonstra um grande número de divisões hierárquicas, dificultando a fiscalização e regulação das ações, assim como a transmissão de ordens, levando a muitas falhas de comunicação. Ainda encontramos no Rio de Janeiro um desequilíbrio no número de policiais, constam mais sargentos do que soldados. Se a hierarquia regula as diferentes patentes em relação ao comando e obediência, tem mais profissionais comandando do que executando, o que pode levar a um grave problema organizacional, assim como desviar de função esse sargento.

Por último, o trabalho policial na maioria das vezes não é reconhecido enquanto trabalho, mas sim como missão. Se um policial não é reconhecido enquanto trabalhador, ele pode perder direitos e deveres e ficar à deriva de qualquer mudança institucional. Uma profissão de alto riso e exposição precisa ter clareza quanto aos seus regulamentos e procedimentos. Ficar à mercê da vontade de um outro retira das ações policiais o compromisso com a política de segurança pública, servindo a particularismos e demandas pessoais, aumentando assim o risco de ter organizações de forças e não instituições policiais democráticas de direito. Responsabilizar um indivíduo, geralmente um praça, por todo um sistema policial apresenta a perversidade institucional, conduzindo às informalidades, particularismos e favoritismos.

6. Considerações finais

O Trabalho não pode ser reduzido ao prescrito ou a hierarquia, trabalhar significa pensar as ordens e prescrições e encontrar uma forma para executar. Para isso é necessário inteligência e suporte aos fracassos, uma elaboração técnica e psíquica para realização das atividades. Devido a isso, o trabalho pode engrandecer o homem e transformá-lo. O trabalho assim é central na saúde mental, produz efeitos estruturantes para homens e mulheres. A hierarquia ao servir a organização do trabalho e escalonamento de funções e atividades, acaba produzindo efeitos em nossa realidade, na saúde e nas relações de trabalho.

Diante disso, o presente trabalho buscou analisar os impactos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. Observamos a dificuldade em encontrar publicações sobre o tema o que nos levou a confrontar as limitações e potencialidades do estudo sobre a relação hierarquia e saúde. Exatamente com o intuito de ampliar essa discussão foram escritos dois artigos, e submetidos a revistas da área da saúde coletiva. Um artigo teve como objetivo analisar como esse conceito era descrito nas produções bibliográficas da área da saúde. Acreditamos que mesmo diante de poucas publicações os resultados apresentados nos apontam caminhos importantes para novas pesquisas. O segundo artigo buscou compreender a hierarquia no engendramento das relações de poder na instituição, assim como, descrever os efeitos da hierarquia militar na saúde dos policiais militares. Da mesma forma, evidenciamos discussões vitais, mas que precisam ser desenvolvidas em pesquisas de caráter qualitativo para aprofundar as sínteses construídas. Através desses dois artigos tentamos compreender de que maneira a hierarquia militar afeta a organização, as condições e as relações de trabalho na PMERJ. Esse objetivo foi parcialmente respondido, justamente por não termos realizado uma pesquisa de campo que levantasse dados essenciais. Construímos considerações e caminhos a serem trilhados, mas não conclusões definitivas.

Para desenvolver esses objetivos realizamos uma revisão de literatura, com duas buscas, integradas ao campo da saúde. Observamos a existência de um número maior de estudos, teses e dissertações em outros bancos, principalmente das ciências sociais, que discutiam a questão hierarquia. Como o foco nesse trabalho era a relação da hierarquia com a

saúde, não incluímos esses achados, mas acreditamos que possam servir como embasamento futuro em outras pesquisas.

Para desenvolver a discussão escolhemos um forte marco teórico, que nos serviu de grande auxílio como ferramenta indispensável para pesar todos os questionamentos e reflexões. Com Leirner e Castro conseguimos nos apoiar em uma literatura rica sobre a antropologia dos militares e compreender com inteireza os detalhes desse universo na maior parte das vezes fechado e inacessível para o pesquisador. Dumont brilhantemente nos presenteou com toda uma teoria sobre hierarquia e seu caráter relacional. Com Bittner, Bayley, Monjardet e Muniz tentamos apresentar uma teoria sobre polícia de forma a esclarecer a natureza do trabalho policial, sua discricionariedade e especialidade. Em Dejours procuramos com a psicodinâmica do trabalho compreender os efeitos da organização do trabalho na saúde, criando paralelos com o trabalho policial e os efeitos da masculinidade/virilidade. Minayo et al., Bezerra e Miranda trouxeram a realidade da polícia no Estado do Rio de Janeiro sob o prisma da saúde. E por fim, Foucault nos permitiu construir um olhar crítico e ampliado sobre as redes de poder, as assimetrias que produzem modos de ser, subjetivações e saberes.

Nessa perspectiva gostaríamos de estabelecer proposições, na intenção de contribuir com algumas problemáticas encontradas na interface da saúde pública com a segurança pública. Propomos:

a) Ampliação e aprofundamento de pesquisas sobre a saúde do policial que levem em consideração a hierarquia. Principalmente pesquisas qualitativas que tenham acesso as percepções do policial sobre seu trabalho e sua saúde, como percebe a hierarquia e quais estratégias utiliza em sua vivência desse fenômeno.
b) Criação de banco de dados informatizado para o registro de informações sobre a saúde e adoecimento desse policial. Incluindo acidentes de trabalho, afastamentos e morte.
c) Atualização dos regulamentos das policias militares de forma a esclarecer o mandato policial, suas competências, direitos e responsabilidades.
d) Responsabilização distributiva sobre as ações policiais, não responsabilizando apenas o executor da ação, aquele que está na ponta, mas todos os envolvidos no processo de decisão, execução e apoio, cobrindo toda a rede hierárquica com responsabilidade.

e) Repensar a quantidade de níveis hierárquicos existentes na polícia militar e a porção do efetivo referente a cada nível, auxiliando uma gestão mais equilibrada do efetivo.
f) Realização de trabalhos dentro da instituição que identifiquem e discutam as questões de gênero, raça e classe social. Trazendo maior consciência aos policiais sobre essas referências constituintes da vida social.
g) Aproximação da corporação com a academia para favorecer as trocas de saber e ampliar a entrada de pesquisadores.
h) Fortalecer a concepção de trabalhador para o policial. Reconstruindo e credibilizando os pactos sociais firmados entre o trabalho policial e a sociedade.

7. Referências Bibliográficas

ABREU, L. Meia volta volver - um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477011998000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11.08.2017

ABREU, M.; HADDAD, V.; COSTA, L.; TEIXEIRA, K.; PERES, M.; SANTOS, T. Primeiras oficiais enfermeiras da polícia militar do estado do Rio de Janeiro (1994-1995): incorporação do habitus militar. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, vol. 19, n. 4, p. 535-541, 2015.

ALBUQUERQUE, C.; MACHADO, E. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237.
BASTOS, A., CABRAL, A., REZENDE, J. **Ontologia da violência: o enigma da crueldade. Rio de Janeiro**: Mauad X, 2010.

ALMEIDA, J. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-Estudos:** Campo Grande/MS, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011.

BASTOS, A; CABRAL, A; REZENDE, J. **Ontologia da violência: o enigma da crueldade.** Rio de Janeiro: Maud X, 2010.

BARBOSA, M. **"Andando na corda bamba": Qual o limite para o uso da força policial militar?** 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fiocruz/Ensp, Rio de Janeiro, 2017.

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BEZERRA, C. **Estresse ocupacional auto atribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado). FIOCRUZ/ENSP, Rio de Janeiro, 2012.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**. Belo Horizonte, vol. 5, n. 11, Maio/agosto 2011, p. 121-136.

BRASIL. Lei 6880 de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos militares. In: Lazzarini, A. (org). Código penal militar, Código de processo penal militar, Estatuto dos Militares, Constituição Federal, Legislação penal, Processual penal e Administrativa militar. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011.

BRETAS, M. A Polícia carioca do Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 219-234.

BRISO, C.; BOTTARI, E.; AMIN, J. Em apenas um ano, PM concedeu 1.398 licenças psiquiátricas. O Globo, Rio de Janeiro, 31 jan. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/em-apenas-um-ano-pm-concedeu-1398-licencas-psiquiatricas-20847028#ixzz4yG4CH3gA

CARVALHO, Mario Santiago de. Pseudo-Dionísio Areopagita: Teologia Mística. **Rev. Mediaevalia: Textos e Estudos.** 1996, n.10. Porto. Disponível em: http://cepame.fflch.usp.br/sites/cepame.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Teologia%20m%C3%ADstica%20de%20Ps.-Dion%C3%ADsio%20Areopagita%20%28trad.%20de%20M.%20S.%20de%20Carvalho%29.pdf

CASTRO,C.; LEIRNER, P. (Orgs). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Em campo com os militares. In: CASTRO,C.; LEIRNER, P. (Orgs). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CECARECHI, G.; SCATOLIN, H. A linha tênue entre combater a violência e o sofrimento psíquico: O ambiente laboral da Polícia Militar e a saúde mental. **Espacios**, 2017, vol. 38, n. 8, p.28.

COSTA, A**. Entre a lei e a ordem:** violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. **Trabajo y violência**. Madri: Modus Laborandi, 2009.

DE LIZ, C.; DA SILVA, L.; ARAB, C.; VIANA, M.; BRANDT, R.; VASCONCELLOS, D.; ANDRADE, A. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**. 2014; vol. 43, n.4, p.467-480.

DUMONT, L. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUMONT, L. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 34º ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 29º ed., São Paulo: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HIRATA, H., KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa.** 2007;37(132):595–609.

LIMA, F.; BLANK, V.; MENEGON, F. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: ciência e profissão**, 2015, vol. 35, n.3, p. 824-840.

LEIRNER, P. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

_____. **Hierarquia e Individualismo** em **Louis Dumont**. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 29º ed., São Paulo: Edições Graal, 2011.

MARTINS, L.; LOPES, C. Military hierarchy, job stress and mental health in peacetime. **Occupational medicine**. Oxford, England, 2012, vol.62, p. 182–187.

MECONE, M.; FREITAS, G.; BONINI, B. Formação em Enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira na década de 1940: uma abordagem Foucaultiana. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. 2015; vol. 49, n. 2, p. 60-67.

MENDES, A.; TAMAYO, Á. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **Psico-USF**, v.6, n.1, p.39-46, jan./jun. 2001

MERLO, A. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, M.; CODO, W. (orgs.) **Saúde Mental & Trabalho: leituras.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M.; SOUZA, E. **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M.; SOUZA, E.; CONSTANTINO, P. (coord.). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Públ**., Rio de Janeiro, 13(Supl. 2):21-32, 1997.

MIRANDA, D. (org). **Por que policias se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MONJARDET, D. **O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MUNIZ, J. **"Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser": cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** 1999. 289p. Tese (doutorado) – Ciência Política/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: Dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**. Vol 1. Washington, DC. Maio, 2001. (p. 177-198).

MUNIZ, J., PORENÇA, D. O Mandato Policial. Em: Lima, Ratton e Azevedo(Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** (2014). São Paulo. Editora Contexto: pp.491---502.

MUNIZ, J., SILVA, W. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473 , Set./Dez. 2010

MUNIZ, J.; CARUSO, H.FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balance sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 148-187.

PAGNAN, R.; MARIANI, D. Após promoções sem concurso, PM do Rio tem mais chefes que soldados: Distorção agrava improvisos na segurança e buraco nas contas. Folha de São Paulo, São Paulo e Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/apos-promocoes-sem-concurso-pm-do-rio-tem-mais-chefes-que-soldados.shtml

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005

PSEUDO DIONISIO AREOPAGITA. **Obras Completas**. Clássicos de Espiritualidad. Biblioteca de Autores Cristianos: Espanha, 2007.

RAMOS, S. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania** , v. 21, p. 01-33, 2016.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L."Elemento suspeito": abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro . **Boletim Segurança e Cidadania**. Ano 03 / nº 08 - dezembro de 2004.

RIO DE JANEIRO. Lei 443 de 1º de julho de 1981. Estatuto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1981. Diponível em: https://pmerj.rj.gov.br/estatuto-do-policiais-militares. Acesso em: 02 out de 2017.

SANTOS, M.; ROCHA-COUTINHO, M. Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. **Estudos de Psicologia**, 15(3), setembro-dezembro/2010, 259-267.

SILVA, M.; SANTANA, V.; DOURADO, I. Hierarquia militar e mortalidade proporcional por AIDS na Marinha do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 23, n.2, p. 419-426, fev 2007.

SILVA, M.; VIEIRA, S. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde Soc**. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008.

SILVA, N. **Organização Policial Militar, produção de subjetividade e saúde mental: uma revisão de literatura.** 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fiocruz/Ensp, Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, B.; MUSUMECI, L. **Mulheres policias: a presença feminina na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), 2006, 362-370. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v19n3/a04v19n3.pdf> Acesso em: 21.08.15

SZNELWAR, L.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A Subjetividade do trabalho em questão. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1, pp. 11-30. 2011.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Revista Soundings**, 2009, nº42. Tradução de Fernando Rugitsky. Novos Estudos, n 87, julho 2010, pp. 145-156.